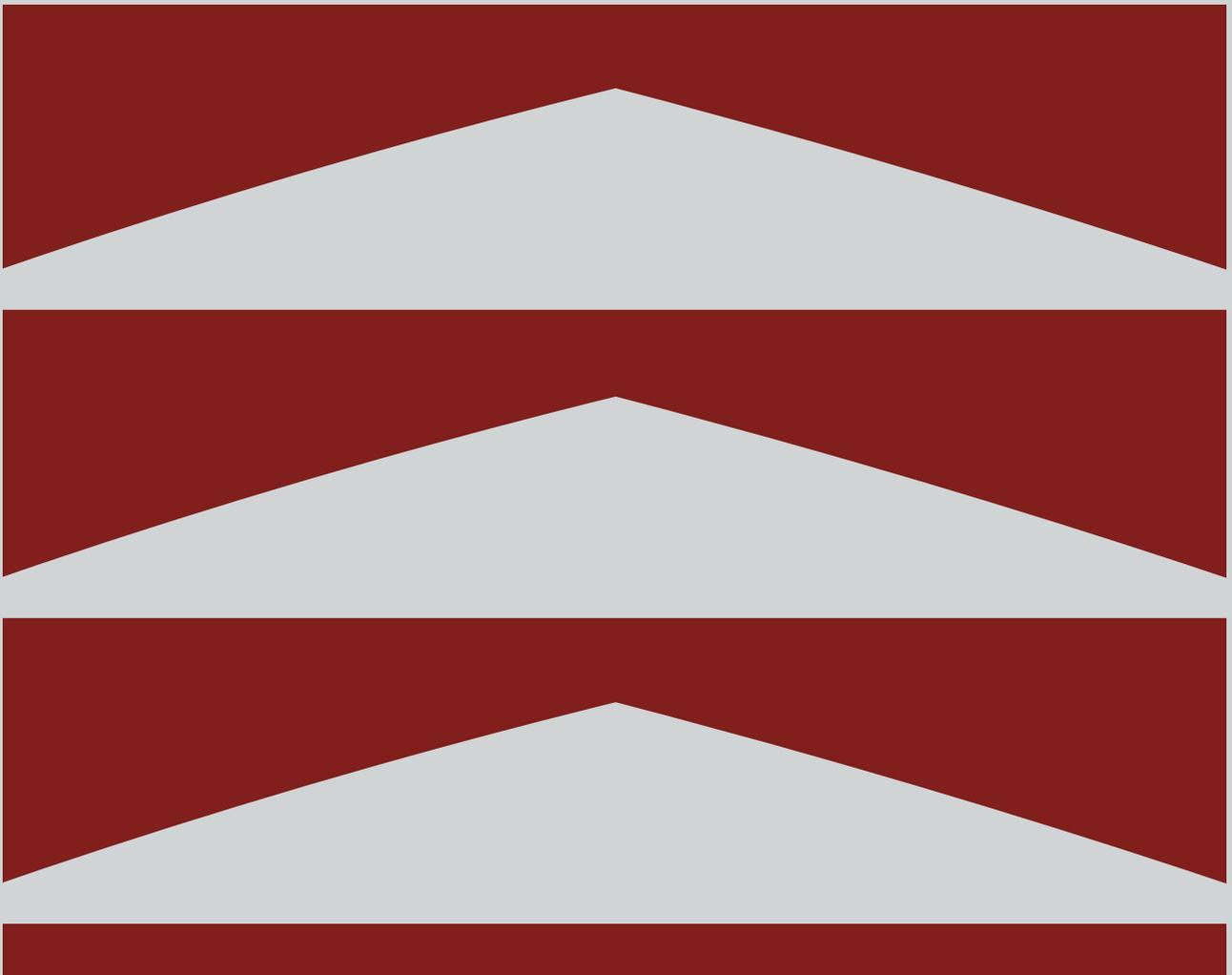


# Cadernos de Economia e Política

Revista Eletrônica  
Ano 2. VOL. 1



Maio de 2024

## Editores-Chefes

**Tomás Braga E Braga**  
tbraga@fespsp.org.br

**Luiza Tenan Vitor**  
luizatenanv@gmail.com

---

**FESPSP - Fundação Escola  
de Sociologia e Política de  
São Paulo**

**João Pedro Salles**  
Diagramador

---

## Contato

Rua General Jardim, 522,  
Vila Buarque, São Paulo.  
SP 01223-010  
73 9 99484735  
revistacatedra@fespsp.org.br

# Cadernos de Economia e Política

Revista Eletrônica  
Ano 2. Vol.1 - Maio/2024

A Cátedra Celso Furtado constitui-se como um núcleo de reflexão, estudos e formação em torno de temas contemporâneos do desenvolvimento nacional, consoante com as teses de Celso Furtado, um dos mais relevantes intelectuais brasileiros do Século XX. As atividades abrangem, ainda, processos de integração acadêmica; parcerias institucionais e cooperação com outras instituições afeitas ao tema, no Brasil e no exterior; e interlocução com a sociedade civil.

A partir desta missão, publica-se esta revista Cadernos de Economia e Política no intuito de fomentar reflexões e estudos consoantes com a visão de desenvolvimento econômico como um processo inerentemente social e histórico.

O atual volume traz reflexões de professores e discentes tanto da FESPSP quanto de outras instituições.



**FESPSP**  
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO



# CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Revista Eletrônica

## Sumário

### Reflexões

1. O PAPEL DO BRASIL NA REVOLUÇÃO PRODUTIVA GLOBAL  
Tomás Braga E Braga ..... [3](#)

2. RESISTIR E AVANÇAR UM OUTRO MODO DE PENSAR E AGIR  
Ubiratan de Paula Santos ..... [5](#)

### Artigos

1. NEOLIBERALISMO: O FIM DA CONCILIAÇÃO ENTRE  
DEMOCRACIA E CAPITALISMO  
Carina Gomes Franco ..... [8](#)

2. MUDANÇA CLIMÁTICA COMO MERCADORIA: SOLUÇÕES DE  
MERCADO PARA AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO  
Marina Bozzetto ..... [18](#)

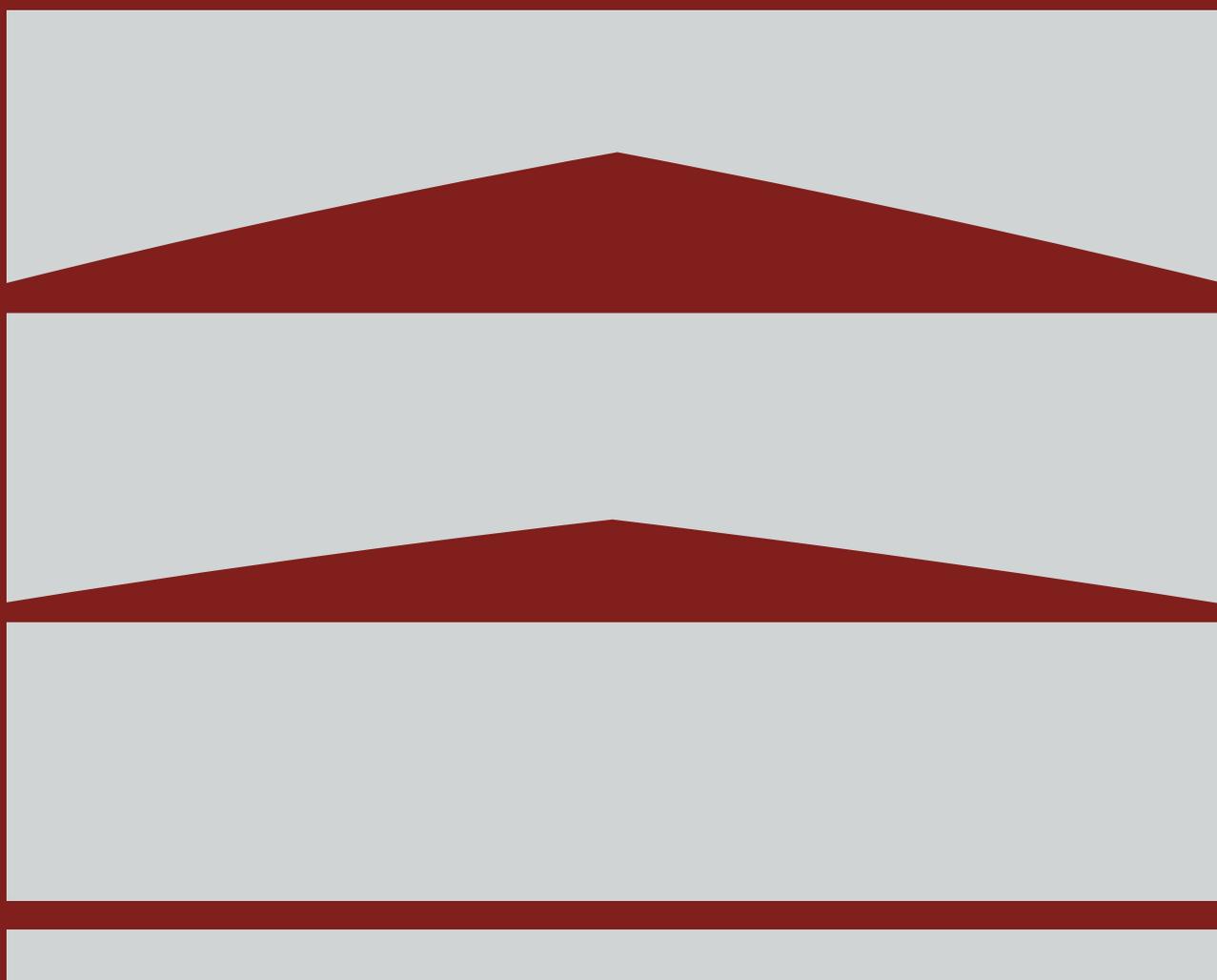
3. ESTADO-NAÇÃO E NEOLIBERALISMO: TEORIAS  
DIVERGENTES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO NAS OBRAS DE  
OCTAVIO IANNI E MILTON SANTOS  
Michel Montezuma ..... [24](#)

4. REFLEXÕES SOBRE A DESIGUALDADE ECONÔMICA  
NO BRASIL  
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior ..... [35](#)

5. NOVAS E VELHAS FORMAS DE TRABALHO: O  
NEOLIBERALISMO EM PERSPECTIVA COMPARADA  
Rodney da Silva Amadoro ..... [46](#)

**Apêndice** ..... [53](#)

# Reflexões



# O papel do Brasil na revolução produtiva global

Tomás Braga E Braga<sup>1</sup>

Após aproximadamente 40 anos de prevalência do liberalismo econômico em seu retorno histórico ainda mais radical e utilitarista, movido pelos avanços da automação e surfando os mares ideológicos da globalização, os resultados são incontestes: a humanidade encontra-se à beira de um desastre econômico e climático.

Ainda que a afirmação soe panfletária, ela é precisa. As contradições históricas do modo de produção capitalista em sua busca infinita por lucro e crescimento extraídos de mãos e recursos finitos, chegaram ao seu momento mais crítico.

A concentração de riqueza atinge níveis nunca vistos<sup>2</sup>, gerando clamores radicais e revolucionários não mais apenas dos suspeitos de sempre à esquerda do espectro político, mas de representantes de uma direita conservadora igualmente descontente, ainda quer por vias ideológicas alienadas e caricatas. O número de bilionários cresce rumo ao primeiro trilionário<sup>3</sup>, enquanto famílias tem cada vez menos emprego, renda e perspectiva de um fim de vida digno após décadas de trabalho incessante. Magnatas do capitalismo tecnológico<sup>4</sup> aderem à renda universal e outros, menos desconexos do mundo real, clamam por mais impostos, reconhecendo, para desespero de alguns adeptos do liberalismo juvenil, o papel fundamental do Estado burguês na manutenção do tecido social.<sup>5</sup>

1 Tomás Braga E Braga: Sociólogo e Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas. Pesquisador da Cátedra Celso Furtado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP.

2 <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/>

3 <https://exame.com/negocios/quem-pode-se-tornar-o-primeiro-trilionario-do-mundo/>

4 <https://exame.com/negocios/mais-um-bilionario-defendeu-a-renda-minima-universal/>

5 <https://www.dw.com/pt-br/em-davos-super-ricos-pedem-para-pagar-mais-impostos/a-68017424>

As consequências climáticas de 3 séculos de atividade humana predatória deixam de ser apenas enredo de filme e começam a afetar não só a vida dos pobres e periféricos, mas das mansões à beira mar e da produtividade dos latifúndios tecnológicos. Neste cenário complexo, emerge a possibilidade real e concreta de um novo projeto de desenvolvimento econômico que leve em consideração as variáveis climáticas e possa posicionar o Brasil como vanguarda de um novo modelo.

O debate sobre a reindustrialização brasileira tem seguido a fórmula já utilizada em gestões petistas passadas de inclusão de diversos atores importantes na formulação de um grande projeto, no caso, o Nova Indústria Brasil. Com todos os percalços, reações, limites e contradições, os governos do PT provaram que é possível introduzir temas outrora rejeitados peremptoriamente pelas elites política e econômica, na agenda pública brasileira de modo que se tornam enraizados. Assim foi com a política de cotas e o bolsa família, por exemplo, que hoje são temas sobre os quais pouquíssimos políticos ameaçariam colocar as tesouras da austeridade. O maior legado de Lula em seu terceiro mandato será ter tornado a necessidade de se desenvolver a indústria nacional, em suas múltiplas formas históricas possíveis, num assunto do qual nenhuma liderança política poderá fugir. Dito isso, de qual projeto de industrialização necessitamos?

É necessário, dialeticamente, negar e superar o projeto agrário-exportador-financeiro que rege as decisões econômicas nacionais. As elites brasileiras padecem de um moralismo neurótico que se desdobra em políticas fiscalistas

e um institucionalismo mambembe. Para todos os problemas típicos de um país continental, colonizado e periférico, culpam uma “corrupção” a-histórica e descontextualizada assim como bradam por menos Estado e reformas institucionais. Querem que tudo mude para que tudo permaneça como está. Esta receita não funciona para o desafio proposto.

Dentro das contradições internas do capital, a história mostra que a migração das forças produtivas de atividades de menor complexidade técnica para as de maior, gera e distribui riqueza de modo mais eficiente. Os avanços tecnológicos, desde que colocados em uso de modo correlato, podem diminuir os efeitos negativos da produção e reprodução humana sobre os recursos naturais. Contudo, deve-se observar que este caminho tem sido tentado por inúmeras nações nos últimos séculos sem que haja garantia de sucesso. As lutas internas entre os capitais de diferentes origens são tão brutais e viscerais quanto em relação ao trabalho. As elites agrárias, especialmente poderosas em países colonizados, se organizam com robustez e viram-se especialmente fortalecida nas últimas décadas pelos avanços tecnológicos e subsídios estatais.

O capitalismo agrário traz benefícios limitados e de pouca dispersão. Já o capitalismo de serviços depende da capacidade de uma mão de obra que resulta do acúmulo de décadas de produção e distribuição de riquezas. Como diz Paulo Gala, no capitalismo de serviços, o Brasil é uma economia de padarias.<sup>6</sup> Os países ricos não enriqueceram da noite para o dia. O fizeram com planejamento e proteção estatal visando o desenvolvimento de setores de maior complexidade técnica (sem necessariamente acabar com o setor agrícola). Isso requer paciência e força política para a manutenção

e ajustes das proteções aos setores enquanto o processo de aprendizagem e ganho de eficiência acontece. E aqui não cabe ao Brasil disputar os setores já ocupados por indústrias estrangeiras. É necessário aproveitar as oportunidades que o momento histórico traz, com o enfoque em energia renovável e modos menos agressivos de produção. Aqui se encontram as vantagens competitivas brasileiras.

A utilização de um ferramental teórico e prático reformista não significa a adesão aos mesmos princípios exploratórios vigentes há séculos, mas à construção de robustez econômica a ponto de influenciar os rumos futuros da humanidade. Para que o Brasil possa exercer um papel relevante como proponente de um modelo político e econômico inovador, mais justo, ambientalmente racional e revolucionário, será preciso se inserir como força fundamental, aos moldes chineses, no tabuleiro geopolítico global e a janela de oportunidade está dada através de uma reindustrialização verde. Para isso, o primeiro passo será a inserção, de modo inegável, deste tema na agenda política nacional de modo a relegar ao obsoletismo as vozes que ainda defendam a manutenção dos passos que até aqui nos trouxeram à beira do abismo.

---

6 <https://www.paulogala.com.br/economia-da-padoca/>

# Resistir e avançar um outro modo de pensar e agir

Ubiratan de Paula Santos<sup>1</sup>

Não se consegue moer a carne dura, fazer pamonha, erguer uma casa, plantar uma roça, sem esforço, muita paciência, perseverança e muita psicologia para o tempero. O Mundo endireitou a partir do final do século passado. Os que bateram palmas pelo fim da URSS e para o triunfo da “liberdade” ocidental, aliás muitos ainda persistem na trilha, deveriam perceber o fim da experiência de construir um outro rumo para os povos e sua associação com o desaparecimento da socialdemocracia como nasceu e viveu até anos 80, dos partidos socialistas, dos partidos comunistas que contam, do enfraquecimento dos sindicatos; foram substituídos pelos verdes que globalmente vêm se alinhando progressivamente com a direita, pelos movimentos identitários sem capacidade de construir hegemonia para disputar o todo e não apenas do segmento pelo qual batalham justos direitos, pelo reviver da religiosidade fanática que contamina o dia do povo, pela hegemonia do imperialismo como nunca vista nos últimos 100 anos, pelo aumento das guerras, das desigualdades, da concentração de renda e a fortuna nos 0,1% mais ricos, ou seja, pela retomada do conservadorismo, do ultradireitismo de toda sorte e com força.

Aqui no Brasil tivemos exemplo dos “bem-intencionados”, desses que povoam o inferno, na campanha e operação Delenda ao PT, que acabou por atingir muito mais do que o PT, ceifou raízes da esquerda toda, dos sindicatos, no mundo da cultura, nos direitos do povo interditando o avanço da democracia política, econômica, social, cultural, de solidariedade, do humanismo, da vida. Muito embora, sendo generoso no arco político, o PT, PSOL, PDT, PSB e as centrais sindicais deveriam ser os protagonistas

de um esforço de luta política e ideológica, eles não têm mais tração para tal, vivem da desunião e da disputa pelo secundário, distanciados dos que deveria representar e, mais uma vez, repetindo o Barão “De onde menos se espera é que não sai nada mesmo”. Contrário aos que acham que governo tem uma tarefa e os partidos e movimentos outra, me alinhando entre os que, sem desconhecer as diferenças entre Estado e sociedade civil, seus papéis, quando se disputa o poder político em qualquer instância, no caso concreto, retomando o governo federal, espera-se desse um papel transformador, o organizador e animador coletivo das mudanças.

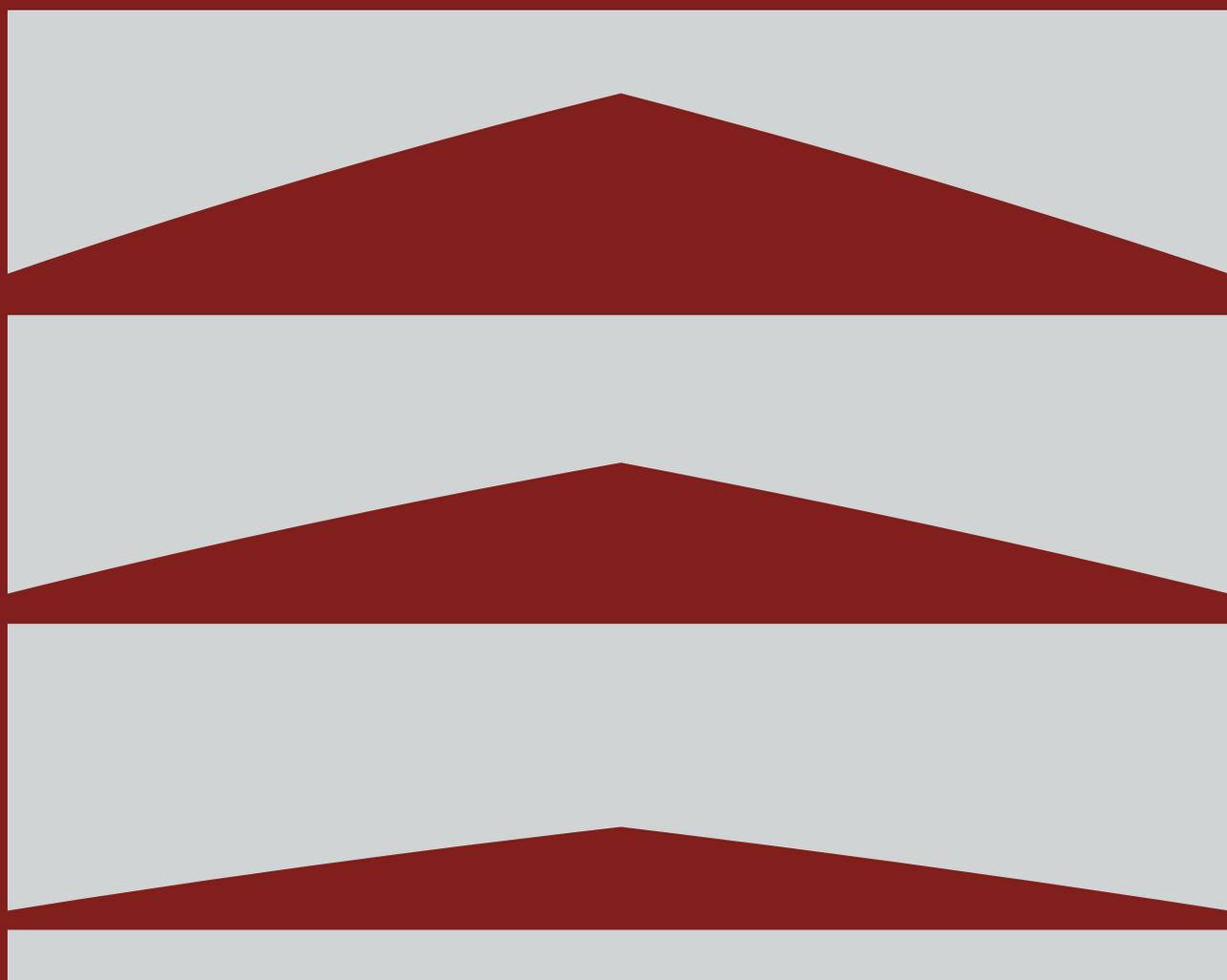
Todas as transformações relevantes partiram do espaço do poder conquistado - na Rússia, na China, em Cuba, no Vietnã e por aqui com o fim da república velha em 1930 e nos três governos com mandatos inteiros hegemônicos pela PT. Dito isto, o atual governo eleito com projeto mudancista, precisa arriscar, desafiar, se mostrar aos olhos do povo com clareza, que tem lado, prioridades e a cada decisão sobre educação, sobre os uberizados, sobre a Petrobrás, sobre o PL que propõe a redução dos custos da energia, sobre a Amazônia, sobre o BNDES, sobre a política externa autônoma, sobre isenções ou não às igrejas e a bufunfa dos pastores, sobre autonomia ou não do BC, sobre reforma tributária, sobre o PAC, sobre a política para o INSS, sobre desoneração fiscal para setores empresariais, sobre os gastos com o plano safra, sobre por que fazer ou não reforma agrária, por que deveria gastar mais em saúde e está gastando menos neste ano, por que não cabe os juros elevados e por que rechaçar a cantilena “mercadista” de fazer superávits fiscais. Ele deve utilizar todos os meios de comunicação possíveis e impossíveis para

<sup>1</sup> Ubiratan de Paula Santos é médico e membro do Conselho Superior da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

reiterada e incansavelmente explicar, debater as razões da opção que está tomando, tomar a iniciativa do debate, mesmo em temas que possam parecer os mais difíceis de compreensão e mesmo de aceitação momentânea. “Mas o governo é de coalizão”, batem o bumbo alguns dos bem-intencionados. Sim, mas eles, os aliados ao centro, só estão no governo porque Lula foi o candidato; o Nordeste e o povo pobre, que ganha até dois salários-mínimos, votou em sua grande maioria no Lula. Esse centro político, que foi importante para ganhar as eleições, foi eliminado provisoriamente de relevância eleitoral desde a operação Aécio em 2014, faísca para o golpe. E, também porque, o programa vitorioso nas eleições passadas e os realizados em governos anteriores não afronta os interesses de classe desse Centro, exceto o de serem constrangidos a sair do quadrado ideológico do neoliberalismo em que vivem aprisionados; mas, com a vantagem de travarem batalhas futuras pela hegemonia num terreno de mais democracia, além da oportunidade de reafirmarem o compromisso com a mesma, o que não aconteceu nas eleições de 2018.

Precisamos de um governo de briga e pelo qual briguemos com fúria, gosto, disposição, desprendimento e sacrifício, como nos velhos tempos de luta contra a ditadura. E os lutadores precisamos nos concentrar, ter lado, cerrar fileiras no principal, assim para mim, não cabe ditar regras da democracia que cada um quer para outros povos, esses decidam seu destino, principalmente quando está em jogo um complexo teatro de operações global onde o império e seus sabujos europeus sacoleja o mundo para a escuridão.

# Artigos



# Neoliberalismo: o fim da conciliação entre democracia e capitalismo

Carina Gomes Franco<sup>1</sup>

## Introdução

A chamada Era de Ouro do sistema capitalista (1945-1971/2/3) foi a época em que a média de crescimento foi a maior da história do capitalismo. Neste espaço de tempo, o papel do Estado em relação à administração dos processos econômicos foi fortalecido. Segundo Streeck, houve forte diminuição de controles econômicos automáticos de mercado devido à necessidade de legitimação social e política do sistema, que se encontrava em uma posição defensiva no pós-segunda guerra mundial (1945). Para ele, o capitalismo “não é um estado natural, mas, sim, uma ordem social que, associada a um determinado tempo, necessita ser formada e legitimada: é concretizada sob formas que variam conforme o lugar e ao longo da história, podendo, a princípio, ser sempre negociada de novo e estando permanentemente ameaçada de ruptura” (2013, pg. 24 – cap. 1). Neste sentido, era preciso um esforço político maior que promovesse a aceitação do capitalismo em todos os países do Ocidente, diante de uma classe trabalhadora mais organizada e coesa e de um sistema econômico alternativo em ascensão (socialismo soviético), que o autor considera ser um possível sistema concorrente.

A leitura conjuntural de Streeck resgata a ideia de que o Estado de Bem-Estar Social europeu, ou capitalismo democrático em suas palavras, foi uma política econômica de concessão, de médio prazo, baseada no planejamento

estatal dos processos de reconstrução dos países, de crescimento e desenvolvimento econômico. Em um contexto de Guerra Fria, efetivou-se um “casamento arranjado” entre democracia liberal (regime político) e economia de mercado (regime econômico) como forma de conter ou deslegitimar revoluções populares, fossem elas fascistas ou comunistas. Desta forma, “a assim chamada [...] “fórmula da paz” foi mediada, tal como seu comprimento foi supervisionado por um Estado intervencionista que impunha disciplina ao mercado, planejava e redistribuía, tendo também de garantir os fundamentos para o negócio do novo capitalismo, sob pena de perder sua própria legitimidade”.

Tendo em vista este desenlace, buscou-se no primeiro capítulo historicizar conceitos como Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) ou capitalismo democrático, o mito do desenvolvimento e o chamado neoliberalismo enquanto uma grande reação do capital diante de manifestações e demandas por mais direitos sociais em países do centro do capitalismo. Procurou-se, ainda, abordar as diferenças entre as formas assumidas pelo capitalismo acima mencionadas no pós-segunda guerra mundial. O segundo e último capítulo se dedica à compreensão do uso e alocação das chamadas mercadorias fictícias, conceito de Karl Polanyi que se refere à grande transformação das sociedades a partir da aceitação do trabalho e da terra enquanto mercadorias, o que subordinou a substância da própria sociedade, a humanidade da raça humana, às leis do mercado.

<sup>1</sup> Formada em Jornalismo pela FAPCOM – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, apresentou Monografia aprovada com louvor abordando a relação entre Economia e Jornalismo. Possui MBA em Comunicação e Marketing e é Pós-Graduada em Teoria e Análise Econômica pela FESPSP. Trabalha com assessoria de comunicação e imprensa há mais de 10 anos, desenvolvendo análises de mídia e tendências relativas à política, economia, sociedade, comportamento e cultura.

## Estado de Bem-Estar Social (Welfare State ou Capitalismo Democrático)

No pós-segunda guerra, a partir de 1945, a chamada “saída da crise” foi pautada pelas teses de John Maynard Keynes. De acordo com Keynes, a resposta à uma recessão seria a retomada dos níveis de emprego e investimento, de modo que se pudesse alcançar o equilíbrio econômico, conceito que surgiu no contexto da grande depressão de 1930. Para se alcançar o equilíbrio, seria necessária uma intervenção estatal na economia para estimular a demanda agregada e combater os efeitos da grande depressão, ou seja, a economia de um país deveria operar em pleno emprego de seus recursos produtivos disponíveis, buscando equilibrar oferta e demanda agregada, tendo no emprego um elemento central da busca por equilíbrio econômico. Esta teoria inspirou o Estado de Bem-Estar Social, modelo de organização político-social adotado na reconstrução de economias europeias no pós-segunda guerra mundial. Neste contexto, os Estados Unidos assumem a hegemonia política e econômica mundial, criando e moldando instituições internacionais de acordo com seus interesses.

A economia estadunidense, que cresceu vertiginosamente durante a segunda guerra, continuou aquecida depois do conflito devido ao ambicioso plano de recuperação da Europa (Plano Marshall) que foi financiado pelos EUA. Esta iniciativa proporcionou, entre outros processos, a abertura de mercados de países europeus para empresas norte-americanas e o amplo fortalecimento dos interesses geopolíticos da potência já hegemônica, o que daria início a chamada Guerra Fria.

Até meados dos anos 1970, as economias centrais como Inglaterra,

Alemanha Ocidental, França e Itália cresceram entre 3 e 6% ao ano, estimuladas pela expansão de bens de consumo duráveis e crescimento da capacidade de consumo da população. Neste período, é consolidado o modelo de Grande Empresa, ou Empresa Mãe, que se caracteriza pela formação das empresas transnacionais, estruturas que possibilitaram, décadas adiante, a chamada Globalização.

Na Era de Ouro, cabia ao Estado, sobretudo nas economias europeias, manter o nível de gastos públicos, o pleno emprego e as políticas sociais. A formação do Estado de bem-estar social só foi possível devido a alguns fatores como: 1) os movimentos trabalhistas, até então mais organizados politicamente – organização forjada no processo de produção industrial intensa durante as guerras; e 2) pelo misto de economia de mercado com regulação e planejamento estatal, o que impulsionou a internacionalização da economia entre os países centrais. Tal esforço político (não se tratando de um fenômeno natural) entre países centrais atendia aos interesses do capital neste período histórico específico. Para Karl Polanyi, o mercado autorregulável não seria mais aceito pela sociedade depois do sofrimento imposto aos povos pelas grandes guerras, que ocorreram, sobretudo, por conta de disputas por hegemonia política e econômica, por territórios, recursos e mercados. Esta percepção, porém, não se confirmaria no futuro.

Entre as estratégias adotadas pelos Estados Unidos para consolidar sua hegemonia no pós-guerra está a criação de um sistema monetário internacional. Ainda em 1944, inicia-se as discussões para a formulação do chamado Acordo de Bretton Woods, um sistema de câmbios fixos, porém ajustáveis, que estariam vinculados ao valor do ouro estabelecido em dólar. Assim, o Dólar americano se tornou a principal (talvez única) moeda

aceita no mercado internacional, uma vez que os Estados Unidos eram os únicos detentores de reservas em ouro suficientes para manter a capacidade de conversão. Outra instituição criada no bojo do processo de construção hegemônica dos EUA foi o Fundo Monetário Internacional, o FMI, que tinha como tarefa autorizar desvalorizações cambiais em determinadas situações e socorrer, seguindo um conjunto de regras, países com dificuldades em seus Balanços de Pagamentos.

A legitimação e a queda do acordo de Bretton Woods podem ser observadas em três fases. Entre 1946 e 1949, o sistema encontrava dificuldades para ser posto em prática porque os EUA mantinham níveis muito elevados de superávit, ao passo que Japão e países europeus eram deficitários. Esta disparidade se explica na medida em que os EUA exportavam muito mais para tais países que, por sua vez, conviviam com déficits recorrentes por se encontrarem em plena recuperação de suas estruturas destruídas pela guerra, ou seja, por serem grandes importadores.

Na segunda fase, de 1949 a 1958, a condição de economia superavitária dos Estados Unidos se inverte, motivo pelo qual o país passa a fomentar um crescimento a partir de um desequilíbrio proposital, estimulando o comércio mundial com o derramamento de dólares. Neste período, os países europeus se recuperam e formam um bloco, a chamada União Europeia.

Na terceira fase (1958-1967), este “desequilíbrio benéfico” praticado pelos EUA chega ao seu esgotamento e se inicia a crise de Bretton Woods. Esta crise pode ser explicada a partir da compreensão de que havia uma contradição inerente a este sistema monetário. O comércio mundial só se mantinha aquecido a partir da emissão de dólares. No entanto, ao emitir moeda em níveis elevados, a tendência de desvalorização da moeda é

cada vez maior. Sendo a única moeda no mundo conversível em ouro, a emissão constante de dólar gerou instabilidade no sistema, já que não se poderia mais garantir a conversibilidade dos dólares em ouro, metal que existia (e existe) em quantidades determinadas. Assim, entre 1967 e 1973, o sistema monetário dólar-ouro fica insustentável e começa a ser questionado. Em 1971, o governo dos Estados Unidos anuncia o abandono do padrão-ouro e a emissão livre com taxas de câmbio flutuantes.

Há aqui a possibilidade de um comparativo. Guardados os devidos contextos históricos, podemos atribuir uma certa estabilidade relativa durante um período a um sistema monetário internacional que conforma, de alguma maneira, os interesses de economias voltadas para o comércio e crescimento, e não necessariamente para a guerra. Esta conformação só é possível em tempos de paz e estabilidade política entre países, ainda que seja uma paz inspirada pelo pragmatismo. Para Polanyi, entre as instituições que possibilitaram o período chamado de os “Cem Anos de Paz” (1815-1914), a mais crucial foi o padrão libra-ouro. De acordo com Polanyi, “sua queda revelou-se a causa mais aproximada da catástrofe. Por ocasião da sua derrocada, a maior parte das outras instituições tinham sido sacrificadas, num vão esforço para salvá-la”.

Neste sentido, quando os EUA desvincularam a sua moeda do ouro, que lastreava a emissão de dólares, fazendo com que ela flutuasse livremente sem qualquer base material de sustentação, a potência indicou ao mundo que os interesses nacionais daquele país ficaram acima das suas responsabilidades assumidas frente às outras economias ao longo do século XX. Para combater a inflação interna, por exemplo, os EUA elevaram as taxas de juros sobre o dólar, o que afetou, também, os empréstimos contraídos pela América Latina. Esta

atitude gerou, por exemplo, uma súbita elevação das taxas de juros no mundo. Países latino-americanos viram suas dívidas externas se tornarem impossíveis de serem honradas (BATISTA, 1994, p. 111), fato que ficou conhecido como a “crise da dívida latino-americana” dos anos 1980. Neste ponto, tem-se a ascensão da corrente anti-Estado na política latino-americana.

O sucesso relativo das economias socialistas manteve este ambiente de disputa e concorrência entre sistemas durante a Guerra Fria (1947-1991), mas elas foram vítimas de suas próprias burocracias, da baixa produtividade na indústria, pouco avanço técnico na agricultura, entre outros fatores. Já nas sociedades ocidentais, os direitos básicos pareciam estar garantidos e movimentos sociais, como o de 1968, almejaram ampliar essa agenda de direitos via regimes democráticos. Esta confluência entre a demanda social por mais avanços, queda na taxa de lucro (ainda que por um período curto) e instabilidade no sistema monetário internacional criou um ambiente de questionamento e revolta por parte da burguesia. Neste ponto, inicia-se o processo de separação entre o regime democrático e o regime econômico de mercado. Para os capitalistas, havia democracia demais e era preciso recuperar a hegemonia da lógica do mercado, e não mais do Estado, enquanto mediador das relações sociais. Na obra “A Sociedade Ingovernável”, Grégoire Chamayou explora as articulações e estratégias da classe dos capitalistas para combater demandas trabalhistas, já que eles estariam sendo perseguidos e oprimidos na sua busca legítima por lucros.

O diagnóstico, amplamente compartilhado, era de que em nenhum momento da história americana recente o capitalismo e suas instituições haviam sido tão criticados [...]. Como declara em 1971 o banqueiro David Rockefeller, “não é muito exagerado dizer que a atividade empresarial americana enfrenta hoje a mais grave rejeição pública desde os anos 1930. Somos acusados de deteriorar a condição dos trabalhadores, enganar os consumidores, destruir o meio ambiente e lesar as jovens gerações”. James Roche, presidente executivo da General Motors, faz eco e lastima: “um clima crítico extremamente hostil à livre iniciativa”.

## O mito do desenvolvimento Latino-Americano

Para Celso Furtado, o mito do desenvolvimento é a crença de que os níveis de consumo praticados pelos países do Centro do capitalismo chegariam a ser alcançados pelos países da Periferia do sistema. Para ele, a busca pelo consumo mimético de países periféricos em relação aos países centrais acarretaria pressões insustentáveis sobre recursos naturais, aumentos igualmente insustentáveis de custos de produção e, no que se refere ao clima, aumento da temperatura média do planeta. A economia entraria, portanto, em um colapso.

Com o mito do desenvolvimento, Celso Furtado faz a crítica à ideia de um desenvolvimento etapista, que seria alcançado por meio de fases ou momentos delimitados durante o processo de desenvolvimento, afirmando que a própria história do capitalismo nega a possibilidade de se alcançar um desenvolvimento nos moldes de países do centro do capitalismo. Para tanto, Furtado analisa as etapas de desenvolvimento de países centrais, desde a hegemonia inglesa (século XIX) à hegemonia estadunidense (século pós-segunda guerra mundial), observando que os países subdesenvolvidos promoveram uma integração ao capitalismo já como economias exportadoras de itens primários (commodities) subordinados às vantagens comparativas. Enquanto países do centro utilizaram o setor exportador para financiar a própria indústria nacional (Alemanha, por exemplo), países periféricos, como o Brasil, utilizaram o excedente para adquirir bens de consumo e financiar uma política de substituição de importações, fortalecendo a concentração de renda.

A partir da terceira etapa do desenvolvimento dos países centrais, os EUA assumem a hegemonia de poder geopolítico e econômico no mundo, regulando instituições que passam a proteger a atuação de oligopólios transnacionais que se espraíram por diversos países no centro e periferia do capitalismo. Estas empresas alcançam poder político e econômico que supera alguns estados nacionais, fazendo com que Estados perdessem a capacidade de coordenar o processo de desenvolvimento de forma planejada e planejada. Neste cenário, países periféricos se tornam fonte de recursos naturais e mão de obra barata para empresas trans e multinacionais, o que promove e aprofunda ainda mais a desigualdade e a concentração de renda e recursos em países periféricos. Ou seja, as grandes empresas produzem com custos baixos na periferia e exportam seus produtos para países centrais que possuem mercados sólidos com alta capacidade de consumo.

A tentativa de países periféricos reproduzirem estes mesmos padrões de consumo de países centrais pressiona recursos naturais disponíveis e terras agriculturáveis para atender somente uma pequena parte do mercado consumidor interno, uma vez que a maioria da população não possui recursos ou acesso a determinados produtos.

## Neoliberalismo: a grande reação do capital

O Neoliberalismo<sup>2</sup> seria um resgate, e a radicalização, do liberalismo em um contexto de economia globalizada. Ele se diferencia do liberalismo clássico, pois, surgiu após a II Guerra Mundial com a intenção de combater a ideia amplamente difundida na época de um “Estado intervencionista e de bem-estar”, baseado na teoria econômica de

<sup>2</sup> Há inúmeras interpretações no uso do termo, ou seja, não há consenso na definição conceitual de neoliberalismo.

John Maynard Keynes. O texto que deu origem ao desenvolvimento teórico do pensamento neoliberal foi escrito por Friedrich Hayek em 1944, sob o título Caminho da Servidão.

Anos depois, em 1947, um grupo de intelectuais e empresários contrários ao Estado de Bem-estar e, principalmente, contrários ao intervencionismo do Estado na economia de mercado, reuniram-se para debater estas ideias passando a divulgá-las e defendê-las abertamente. No entanto, estas ideias não ganharam a força necessária para se imporem, já que não fazia sentido levar em conta as teses combativas dos neoliberais em um contexto de predominância de práticas intervencionistas para a recuperação de infraestrutura, investimentos e do emprego nas economias centrais. As noções se alteraram a partir da crise econômica da década de 1970, quando países do centro do capitalismo caíram numa profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Neste contexto, as ideias neoliberais ganharam terreno acompanhadas do avanço da financeirização da economia.

Os ideólogos do neoliberalismo afirmavam que as raízes da crise estavam no poder excessivo dos sindicatos. Para eles, as reivindicações de trabalhadores diminuíram sobremaneira as taxas de lucro das empresas e geraram inflação. Além disso, apontavam que os salários subiram acima da produtividade. A solução seria, portanto, utilizar a força do Estado para diminuir a influência dos sindicatos e controlar os recursos. O ideário neoliberal defendia, ainda, que a estabilidade monetária deveria ser o foco de qualquer governo, com a contenção dos gastos com políticas sociais, que deformavam o curso normal/natural do livre mercado, e a restauração da taxa natural de desemprego. Para incentivar os agentes econômicos, seria necessária uma redução de impostos sobre os

rendimentos mais altos e sobre as rendas, neste caso, desregulamentação do mercado financeiro.

Esta mensagem monetarista e extremamente liberal foi sendo reproduzida e propagandeada como sinônimo de modernidade. No final da década de 1970, o Reino Unido, tendo Margareth Thatcher como Primeira-Ministra, passou a aplicar políticas econômicas de combate à crise baseadas nas teses neoliberais. A Inglaterra foi o primeiro país avançado a pôr em prática o desmonte do Estado como forma de retomar o crescimento econômico. Em 1980, Ronald Reagan tornou-se presidente dos EUA, sendo o segundo maior expoente da mensagem neoliberal para o mundo.

No que se refere à América Latina, a prostração diante da crise da dívida dos anos 1980 e a perda da autoestima foram elementos propícios para a plena aceitação das recomendações do Consenso, que introduziu o receituário econômico neoliberal como a única forma de combater os altos índices de inflação e pagar a dívida externa<sup>3</sup>. As principais propostas do Consenso de Washington<sup>4</sup> para a América Latina, segundo Batista (1994, p. 118) podem ser resumidas nos seguintes tópicos: disciplina fiscal (quando os gastos são impreterivelmente compatíveis com a arrecadação); priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira (eliminando as restrições à entrada de capital externo); regime cambial; liberalização comercial (o fim das políticas protecionistas); investimento

---

4 “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington””. (Batista, 1994, pg. 5). Disponível em: <https://abre.ai/gt76>

direto estrangeiro; privatização (o Estado abre mão de instituições que não existam exclusivamente para regulamentar as normas sociais); desregulamentação (diminuição do número de regras para a economia); propriedade intelectual.

O movimento de redução do Estado atinge, também, as relações políticas e sociais. De acordo com Batista, tem-se no documento do Consenso a intenção implícita de subordinar novamente a política aos pareceres técnicos da Economia. As instituições democráticas atuantes, ou seja, o pleno regime democrático pressupõe um “excesso de democracia”, pois, o debate político, sempre carregado de interesses e conflitos, pré-condição para o regime democrático, pode se “converter em empecilho às reformas liberalizantes”. Por isso, as reformas econômicas deveriam ser priorizadas no processo de modernização da América Latina, e não as reformas políticas e sociais (1994, p. 107). Na visão economicista dos neoliberais de Washington, as reformas sociais aconteceriam automaticamente se as suas recomendações fossem colocadas em prática (1994, p. 108).

A partir destes argumentos, passa-se a defender o Estado Mínimo<sup>5</sup>. Qualificado como ineficiente, moroso, excessivamente burocrático e, principalmente, o responsável por gastos absurdos e desnecessários. O Estado vai se transformando no maior dos percalços para o livre mercado. A defesa da redução do Estado fica tão intensa que se chega a supor que ele deve deter, somente, o poder legítimo de uso da força repressiva para que se mantenha a ordem.

---

5 Neste ponto, os Neoliberais se afastam de teóricos da escola clássica inglesa. De acordo com Bruno e Caffè, “Adam Smith nunca argumentou em prol de um Estado mínimo, tal como, em geral, supõe a vulgata neoliberal de A Riqueza das Nações. Smith, de fato, nunca foi adepto de algum tipo de ultraliberalismo. Assim como faria mais tarde David Ricardo, Smith reconhecia que o conflito distributivo é inerente ao processo capitalista de acumulação, ocupando um lugar central nas questões econômicas mais importantes, tal como a partilha do excedente econômico entre capital e trabalho assalariado”. (2017, pg. 3)

A compra de tempo que acoberta a incompatibilidade entre Democracia e Capitalismo

Na obra “Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático”, o sociólogo alemão Wolfgang Streeck parte de uma crítica às análises neomarxistas da Escola de Frankfurt dos anos 1960 e 1970 em relação às crises do capitalismo. Para Streeck, a conexão entre os acontecimentos das décadas destacadas, como a crise do petróleo, greves e os movimentos de 68, deixou de ser compreendida em um contexto maior que abarcasse o processo de “desenvolvimento do capitalismo moderno” para ser vista como um conjunto de tensões do capitalismo tardio e isso teria dificultado o raciocínio sobre a evolução destas movimentações.

Neste sentido, o autor defende que houve um certo tipo de aceitação da escola crítica à interpretação “que a economia capitalista dos anos de ouro fazia de si mesma”, qual seja, que os anos de prosperidade do capitalismo foram produto de uma aliança entre governos e empresas para estancar possibilidades de mudanças de sistema e evitar instabilidades que pudessem gerar novas crises. Em outras palavras, para o autor, substituiu-se o método de análise da economia política pela “teoria do Estado e da Democracia”, uma vez que a legitimação ou não do sistema capitalista se tornou o foco da análise e não mais as contradições do próprio sistema. Streeck critica a ideia de que a ameaça ao modelo de economia mista do pós-guerra partiria da classe trabalhadora quando, na verdade, a revolta contra o capitalismo democrático, ou Estado de Bem-Estar, veio do próprio capital e não do proletariado.

Para explicar este ponto de vista, o autor empreende um resgate histórico da evolução dos mecanismos do sistema capitalista desde os anos 1970 e aponta

como o ponto alto destas transformações a crise financeira de 2008. Para ele, a existência de fenômenos políticos e econômicos como Donald Trump, Brexit e a recessão persistente da Europa seriam os sintomas mais recentes deste processo de desdemocratização do capitalismo ou deseconomização da democracia. No caso da América Latina, sob este ponto de vista, os golpes contra Dilma Rousseff (2016) e contra o presidente Evo Morales na Bolívia (2019), a aprovação das Reformas da Previdência e Trabalhista, a prisão de Lula, a eleição de Jair Bolsonaro - que trouxe consigo a aprovação da autonomia do Banco Central (separação explícita entre política e economia) e a privatização da Eletrobras, além de tentativas de privatização da Petrobras e dos Correios - e, mais recentemente, a eleição do neofascista Javier Milei na Argentina também poderiam ser considerados novos sintomas.

Streeck defende que há uma relação direta entre o que ele chama de revolta do capital contra a os mecanismos de controle e regulação estabelecidos no pós-guerra, a ampliação do mercado de consumo e de trabalho com a inserção mais efetiva das mulheres, por exemplo, a partir da apropriação do argumento da realização pessoal e a frequência cada vez maior de crises econômicas que atingiu o ponto mais alto até hoje com uma “tripla crise dos bancos, dos orçamentos públicos e do crescimento econômico”. Neste ponto, parte-se para as estratégias de compra de tempo como forma de maquiar a incompatibilidade entre democracia e capitalismo, um “casamento” forjado no pós-guerra e mantido até meados da década de 1970:

Considero o “desencadeamento” do capitalismo global no último terço do século XX resultado da resistência dos detentores do capital e daqueles que dele dispõem - da classe dos “dependentes do lucro” - às múltiplas restrições que o capitalismo foi obrigado a aceitar depois de 1945 para voltar a ser politicamente viável nas condições da concorrência de sistemas. Penso que a explicação para esse êxito, assim como para o fato de a revitalização do sistema capitalista enquanto economia de mercado ter sido possível - contra todas as expectativas - se deve, entre outras coisas, a uma política estatal que comprou com dinheiro tempo ao sistema capitalista, garantindo uma espécie de lealdade

das massas ao projeto neoliberal de sociedade enquanto sociedade de consumo de uma forma que a teoria do primeiro, pelo inflacionamento da massa monetária; depois, por um endividamento público crescente; e, por fim, por meio da concessão generosa de crédito às famílias. (2013, pg. 3 e 4, cap.1)

No entanto, estas estratégias alcançaram o esgotamento, gerando instabilidades e crises de confiança não por parte da classe de trabalhadores, mas no próprio capital em relação às taxas de lucro que ele mesmo considera justas. Esta desconfiança se materializou em “crises econômicas de reprodução e acumulação que, por sua vez, puseram em perigo a legitimação do sistema junto as populações com autoridade democrática”. Para o autor, esta ameaça iminente só poderia ser superada, na perspectiva do capital, com mais liberalização e proteção da economia contra pressões sociais, típicas de regimes democráticos. Não à toa, a partir da década de 1970, a financeirização da economia mundial se acelerou, alcançando níveis nunca vistos. A dívida pública substituiu o investimento direto, o crédito às famílias substituiu aumentos reais na massa salarial e a inflação se tornou um mecanismo de garantia de reserva de recursos públicos para a remuneração do capital. A compra do tempo se mostra, portanto, como a principal estratégia de convencimento das sociedades de que ainda existe algum poder de decisão das massas sobre a distribuição social de riquezas e recursos. Para Streeck, “estamos, hoje, numa fase tardia da democracia, na medida em que a democracia, tal como a conhecemos, está prestes a ser esterilizada como democracia de massas redistributiva e a ser reduzida a uma combinação de Estado de direito e entretenimento público”.

O Neoliberalismo também pode ser interpretado, portanto, como um processo de revolta do capital para a retomada da hegemonia do mercado na mediação das relações sociais. O mundo neoliberal é este de hoje, em que o capitalismo é hegemonicamente regulado pelas forças de mercado e pelas

classes sociais que o manejam, e não mais como fora durante a era de ouro em que os Estados mediavam as relações sociais.

### Polanyi e as mercadorias fictícias

A grande transformação, descrita pelo historiador econômico e antropólogo, Karl Polanyi, em sua obra homônima, consistiu, em essência, na expansão da lógica do mercado a todas as esferas das relações humanas, criando um ambiente em que a lei da oferta e da procura passou a determinar os termos de uso e os níveis de remuneração de fatores de produção como a terra, que admite uma interpretação mais ampla como a natureza ou recursos naturais, e o trabalho, submetendo a vida humana ao mercado. Para Polanyi, a reflexão sobre os sistemas econômicos que antecederam o capitalismo dá conta de que os mercados eram “acessórios da vida econômica” e não o centro organizacional das relações sociais.

Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. O princípio da permuta ou troca subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência a expandir-se às expensas do resto do sistema. Mesmo quando os mercados se desenvolveram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar sob o controle de uma administração centralizada que patrocinava a autarquia tanto no ambiente doméstico do campesinato como em relação à vida nacional. De fato, as regulamentações e os mercados cresceram juntos. O mercado autorregulável era desconhecido e a emergência da ideia da autorregulação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento. Assim, somente à luz desses fatos é que podem ser inteiramente compreendidos os extraordinários pressupostos subjacentes à economia de mercado. (2000, pg. 89)

Segundo Polanyi, a economia de mercado seria um sistema “controlado, regulado e dirigido” somente pelo mercado e ela se origina na concepção ideológica de que todos os seres humanos estariam subordinados à condição de reprodutores deste sistema que tem por objetivo a maximização de ganhos, e não uma produção voltada apenas para satisfazer as necessidades humanas. Este sistema também pressupõe a existência da moeda como uma unidade

de valor utilizada como instrumento de troca na compra de mercadorias e de serviços. Toda a produção e distribuição são, portanto, controladas pelos preços que são formados para gerar lucros e rendimentos, sendo a autorregulação um imperativo de que tudo o que é produzido tem como destino a compra e a venda.

Este tipo de sistema, que avança submetendo todas as esferas da vida humana à lógica do mercado, subverteu também, diferentemente dos sistemas anteriores, fatores como a terra (natureza), o trabalho e o dinheiro que passam a ser considerados mercadorias e chamados de salários, aluguéis e juros. Para que esta mudança radical de compreensão ocorresse, não se poderia admitir qualquer interferência na formação de preços ou qualquer medida política que influenciasse a ação do mercado sobre as mercadorias, incluindo os fatores humanos e naturais acima mencionados.

No entanto, o autor argumenta que trabalho, terra e dinheiro não poderiam ser considerados mercadorias no sentido estrito do termo, porque a mercadoria é uma concepção que pressupõe que tudo o que é produzido pode ser comprado e vendido. Neste sentido, o trabalho é uma característica inerente à atividade humana, não é produzido, armazenado ou transferido tal como uma carga. Esta atividade humana acontece independentemente do mercado, já que a própria sobrevivência da humanidade impulsiona esta ação. Afinal de contas, o ser humano se movimentou para se alimentar, para cuidar do outro, para criar condições mínimas que vida e de existência segura. A natureza, da mesma forma, não é um produto do mercado e o dinheiro é um instrumento de troca, ou seja, não é produzido para ser vendido.

Para Polanyi, o enquadramento destes três fatores como mercadorias é uma concepção fictícia e foi a partir desta

“ficção da mercadoria” que a organização da vida e da sociedade como um todo, sob a tutela do mercado, foi possível. Sem ela, a autorregulação do sistema estaria em risco e, por consequência, a própria manutenção e continuidade da economia de mercado. Neste ponto, Polanyi faz a crítica ao que chama de moinho satânico:

Esta suposta mercadoria, “a força de trabalho”, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não-utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (2000, pg 97)

A expressão moinho satânico remete à moagem que o engenho pratica sobre cereais. Metaforicamente, na visão do autor, o mercado autorregulável, que transformou o trabalho e a natureza em mercadorias fictícias, seria um engenho de moer a vida humana e a natureza caso estes fatores estivessem submetidos ao seu controle. No processo histórico de evolução do capitalismo, quanto maior, mais complexa e mais metódica foi se tornando a produção industrial, maior a necessidade de garantia de recursos naturais e humanos e estes três elementos se transformaram em fatores imprescindíveis para a continuidade e expansão da produção em grande escala. Para ele, “foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade’ comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda”. Através desta transformação, a vida humana, assim como a natureza, tornaram-se acessórios do sistema econômico.

## Conclusão

Esta análise buscou compreender a relação entre a ascensão do neoliberalismo no mundo a partir da perspectiva de Wolfgang Streeck, que o considera uma reação do capital aos controles de mercado assumidos pelo Estado no pós-segunda guerra mundial. O neoliberalismo seria, também, a forma atual do sistema capitalista, também compreendida como um processo de recuperação da hegemonia da lógica do mercado enquanto mediadora das relações sociais e políticas.

Por outro lado, o Estado de Bem-Estar Social europeu, Welfare State ou, na interpretação de Wolfgang Streeck, capitalismo democrático teria sido uma resposta do capital a um ambiente de questionamento e concorrência entre sistemas econômicos (socialismo soviético), que também permitiu a gestação de um capitalismo tardio e planejado na América Latina (o desenvolvimentismo). Neste ponto, tem-se a crítica de Celso Furtado que enquadra como mito a ideia de desenvolvimento em países periféricos, dado que a busca pelo padrão de consumo de países centrais em países periféricos criou uma armadilha: um crescimento que concentra renda e pressiona recursos naturais para manter níveis de consumo de países desenvolvidos apenas para uma pequena parte da população. Para Furtado, o subdesenvolvimento é uma condição específica e não uma etapa para o desenvolvimento de países periféricos.

Neste arcabouço teórico, destacou-se a alocação das chamadas mercadorias fictícias, interpretação utilizada por Karl Polanyi para se referir à moeda, ao trabalho e à terra, refletindo sobre de que forma o capitalismo neoliberal se diferenciou do contexto histórico da chamada Era de Ouro (de 1945 à década de 1970), ao promover uma grande

transformação que passou a considerar, entre outras características, fatores humanos e naturais como mercadorias, submetendo a própria humanidade à lógica da economia de mercado.

## Bibliografia

BATISTA, Paulo Nogueira. O CONSENSO DE WASHINGTON: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994. Disponível em: <https://abre.ai/gt76>

BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. A economia como objeto socialmente construído nas análises regulacionista e da Economia Social de Mercado. Revista de Economia Política, vol. 37, nº 1 (146), pp. 23-44, janeiro-março/2017.

CHAMAYOU, Grégoire. A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 4ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a Crise Adiada do Capitalismo Democrático. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

# Mudança Climática como mercadoria: soluções de mercado para as contradições do capitalismo

Marina Bozzetto<sup>1</sup>

A transição do feudalismo para o capitalismo, e o que marca o seu início, é um tema que ainda hoje não é consenso entre os historiadores econômicos. Fruto de debate entre se o capitalismo é marcado pelas relações de trocas de moedas ou se seu início se dá pela mudança dos modos de produção, o certo é que ele mudou profundamente a relação e centralidade que o mercado tem na sociedade. Nesse sentido, a ideia que se quer abordar neste ensaio é como, dado o caráter de centralidade do mercado, o sistema vai se adaptando e trazendo soluções para as problemáticas sociais a partir dessa esfera. Assim, neste ensaio, pretende-se explorar a problemática das mudanças climáticas, evidenciando como a partir do momento em que o tema foi se tornando mais claro e a sua problematização foi ganhando centralidade no debate público, o sistema foi se adaptando e se tornando uma mercadoria.

Com esse tema em mente, o presente texto se divide em três partes para além desta breve introdução e considerações finais: i) debate em torno da caracterização do capitalismo (Saes; Saes, 2013) e as suas mercadorias (Polanyi, 2000); II) problematização das questões ambientais dentro do capitalismo (Furtado, 1974); III) e, por fim, as soluções ambientais via mercado (Oliveira, 2021).

## Desenvolvimento do Capitalismo e as mercadorias

Conforme caracterizado por Saes e Saes, “a História econômica deve dar conta tanto de identificar as formas pelas quais os homens satisfazem suas necessidades materiais, como também de investigar de que

maneira essas formas se alteram ao longo do tempo por meio de diferentes relações entre os homens que participam desse processo (trabalhadores, empresários, consumidores) e de técnicas em constante alteração.” (SAES e SAES, 2013, p. 20). Ou seja, estudando como as relações sociais e econômicas foram se alterando ao longo dos anos. Assim, um primeiro esforço do presente trabalho consiste em retomar a história do capitalismo, com a caracterização do sistema a partir da discussão de quais as suas origens para, após, entender a centralidade que o mercado foi tomando dentro do sistema, dado que, apesar de atualmente vivermos numa sociedade de mercado, até a época do capitalismo, o mercado não era central (Polanyi, 2000).

As interpretações sobre a origem do capitalismo e suas características fundamentais não são um consenso na literatura sobre o tema. Em síntese, podem ser apontadas duas principais linhas de pensamento sobre a transição do feudalismo para o capitalismo: a primeira pode ser chamada de “Tese Circulacionista”, pensada principalmente por Henri Pirenne, Hicks e North, Wallerstein, Braudel e Arrighi; já a segunda é a “Tese da Luta de Classes”, associada principalmente por Maurice Dobb e Robert Brenner. Em suma, a diferença entre essas suas interpretações está no cerne do que seria decisivo para a transformação do sistema: circulação ou produção. Nas palavras dos autores:

Para uns a esfera da circulação é decisiva na transformação por que passou o mundo entre o século XV e o XVIII; para outros, é na esfera da produção, e em especial nas relações de produção, que se definem as mudanças fundamentais na passagem de um sistema para outro. Não se trata de eleger uma interpretação como a correta e sim de mostrar os possíveis pontos de convergência e de divergência entre elas [...]. Em suma, se a expansão do mercado é condição necessária para a transição do feudalismo ao capitalismo, a “luta de classes” é fundamental para se entender como se processaram as mudanças nas relações de produção e, conseqüentemente, a emergência do capitalismo. Esta parece ser a forma mais plausível de se situar na polêmica entre essas duas vertentes interpretativas da transição do feudalismo ao capitalismo.

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Ciência Política pela USP e pós-graduanda em Teoria e Análise Econômica pela FES-P-SP. Possui experiência no desenvolvimento de pesquisas na área de políticas públicas, socioambiental, pesquisas socioeconômicas e de mercado em diferentes setores.

Assim, a expansão do mercado é apontada então pelos historiadores econômicos como condição necessária para a expansão do capitalismo. Mas, para além disso, como Polanyi (2000) vai explorar, no capitalismo o mercado passou a ser central, sendo uma diferença estrutural com outros sistemas econômicos. Por exemplo, e como o autor vai defender, mesmo em momentos históricos em que o mercado teve um grande desenvolvimento, como no mercantilismo, este tinha um controle da administração centralizada (idem, p. 89). Assim, uma dimensão extremamente importante na caracterização do sistema, e que garante a sua centralidade, é pensar ele em conjunto com sua auto-regulação. Para o autor, então, “uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados” (ibidem).

Essa lógica da centralidade do mercado ainda pressupõe que todos os bens disponíveis estão controlados por preços, definindo também a centralidade do dinheiro nessa relação. Ainda, dentro desse sistema, a lógica do mercado se aplica em todos os componentes, mesmo os mais essenciais e naturais aos homens como o trabalho e a terra: “o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (Polanyi, 2000, p. 93).

É importante pontuar que embora o mercado fosse importante dentro de outros períodos econômicos, a sua centralidade é própria dentro do surgimento do capitalismo e – como será explorado nos próximos tópicos – é uma característica ainda da sociedade atual neoliberal. Entretanto, a contradição já apontada por Polanyi (2013) é que tratar esses elementos essenciais naturais do homem dentro de um

mecanismo de mercado é tanto uma ficção quanto arbitrário, e perigoso para o próprio desenvolvimento da sociedade: “resultaria no desmoronamento da sociedade” (idem, p. 94).

## O problema da questão ambiental no Capitalismo

Ao longo dos séculos, diversos autores pontuaram os problemas e contradições do capitalismo. Marx por exemplo, em O Capital traz o problema da relação de exploração da mão de obra dos trabalhadores pelos burgueses visando lucro. Ou ainda, Marx e Engels e partidos socialistas e social-democratas descrevendo os impactos do sistema na sociedade e vida dos trabalhadores, gerando contradições e ao mesmo tempo trazendo riqueza para alguns e pobreza para a grande maioria.

Apesar dessas críticas estruturais sobre o sistema capitalista – e que ainda continuam relacionadas atualmente – apenas mais recentemente sociólogos e economistas começaram a identificar outros problemas e contradições como o das mudanças climáticas. Por mais que muitos desses autores clássicos já apontassem os problemas da natureza, o debate sobre as contradições do capitalismo era focado nos problemas sociais, como a luta de classes, e em temas como o crescimento econômico e as etapas do desenvolvimento.

Nesse sentido, justamente a partir da crítica da ideia de desenvolvimento, Celso Furtado (1974) e seu clássico “O Mito do Desenvolvimento”, foi um marco para as novas discussões incluindo as questões da natureza. Recuperando estudos do MIT para o Club de Roma, Furtado (idem) evidencia que o desenvolvimento dos países como Estados Unidos acontece de forma dependente de recursos não renováveis de outros países, e que se esse modelo de consumo e produção for acompanhado pelos demais países, a degradação física seria tanta que o sistema colapsaria. Ou seja, segundo o autor, se os



alimentar, incêndio, calor extremo, aumento do nível do mar, inundações e recifes de coral.

Imagem 3: Riscos com Aumento da Temperatura



Ainda, dentro do tema das mudanças climáticas, apesar dos impactos serem sentidos por todos os países, principalmente pelos mais pobres que possuem dificuldade de se adaptarem às mudanças, há uma desigualdade entre os países: os países mais ricos são também os que mais contribuem para os problemas ambientais e climáticos, como gráfico abaixo.

Imagem 4: Emissões de CO<sup>2</sup> dos países



Fonte: Statista

Esse cenário já foi abordado por Celso Furtado nos anos 1970, onde o autor identificou que o problema das mudanças climáticas é uma consequência da relação de exploração que os países desenvolvidos possuem com a natureza. O interessante aqui é pensar as soluções que se tem para isso: por exemplo, mercado de carbono. Ou seja, passaram a surgir soluções para o problema do capitalismo pelo próprio capitalismo.

O Mercado de Carbono, umas das principais soluções debatidas atualmente, foi desenvolvido como uma ferramenta para redução das emissões de gases de efeito estufa, implementado principalmente a partir do Protocolo de Quioto, em 1997 (Oliveira, 2021), e ganhando força com o Acordo de Paris em 2015 (onde foi assinado tratado global para conter o aquecimento global). O instrumento do Mercado de Carbono pode ser resumido como um comércio “pois ele previa um sistema global de compra e venda de emissões de carbono, transformando-o em uma commodity” (idem, p. 5). Assim, a fim de conter o aquecimento global, ao invés de se propor mudanças estruturais nos modelos de consumo e produção, que, como trazido anteriormente, está no cerne da formação

do capitalismo, uma das principais soluções atualmente é transformar o problema em uma mercadoria, fazendo-o atuar dentro da lógica da sociedade de mercado.

### Sobre o funcionamento do Mercado de Carbono:

Para viabilizar esse comércio, as metas de reduções de emissões foram transformadas em unidades quantificáveis, as unidades de quantidade atribuídas - assigned amount units (AAUs), eram elas que os países [...] comercializavam entre si, aquele que tivesse AAUs em excesso (emissões permitidas, mas não usadas), poderiam vender para as nações [...] que estavam com as emissões acima dos limites permitidos (UNFCCC, 2021c). Desse modo, o Protocolo de Quioto criou 4 tipos de unidades possíveis de serem negociadas: “As unidades de quantidade atribuídas - assigned amount units (AAUs), que representavam a quantificação das metas de reduções de emissões dos países. [...] As unidades de remoção - removal unit (RMU), prevista no artigo 3.3 do protocolo. Elas representavam a quantificação das reduções, [...] das emissões de GEE em sua fonte de emissão e em sumidouros, ambos resultantes de mudanças diretas no uso da terra e atividades florestais - land use, land-use change and forestry (LULUCF). As unidades de emissões reduzidas - emission reduction unit (ERU), geradas por um projeto de implementação conjunta. E as Reduções Certificadas de Emissões - certified emission reductions (CER), geradas por meio de um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (UNFCCC, 2021c, tradução nossa).”

(Oliveira, 2021, p. 5 - grifo nosso)

Essa solução via mercado vem se tornando cada vez mais discutida nos países. No Brasil, por exemplo, o Senado Federal vem discutindo a regulamentação do mercado de créditos de carbono, com o atual projeto de lei prevendo a criação de um “Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)”. Interessante que a justificativa da regulação desse mercado também se apoia na lógica do regime, com aumento da competitividade da economia brasileira e movimentação econômica:

“De maneira geral, entendemos que o mercado regulado vem para aumentar a competitividade da economia brasileira, estabelecendo parâmetros e previsibilidade de demandas no tema, firmando o compromisso do país com as questões do clima e aumentando a segurança jurídica para investimentos,” [...]. De acordo com o parecer da CMA, a partir de dados do Banco Mundial, o mercado de carbono movimentou US\$ 100 bilhões no ano passado, o que representa um aumento de 10% em relação a 2021. (Sebrae, 2023)

## Considerações Finais

Em resumo, o que esse ensaio quis trazer foi a seguinte discussão: recuperando e aproximando com Polanyi (2000) a questão da centralidade e da lógica de mercados, a questão climática que emergiu como um problema com o desenvolvimento do capitalismo, que geraria um colapso na sociedade (Furtado, 1974) passou a ser trazida também como uma mercadoria. Na comparação, então, com outros períodos do regime, por mais que a crise climática e questão ambiental tivesse papel (mesmo que lateral) dentro das críticas de autores clássicos ao capitalismo, o tema apenas ganhou centralidade mais recentemente ao ganhar o debate público - ver ideia de Agenda em Capella (2020) - a ponto do próprio capitalismo começar a sugerir soluções para a crise.

Ou seja, se na história do capitalismo desde o seu surgimento, a questão climática e ambiental não era um problema, e não integrava os pilares da sociedade de mercado, que por mais que se debruçasse sobre a terra (ou natureza) era mais voltada ao entendimento e controle do uso da terra, aluguel, propriedade privada etc (Polanyi, 2000), no capitalismo atual essa questão passa a ser importante e passa a ser solucionada pelo próprio sistema econômico. Essa análise evidencia como o capitalismo vai se desenvolvendo e se alterando ao longo dos anos, incluindo em sua própria lógica e se alimentando das suas contradições, que, ainda recuperando Furtado (1974), vai guiando a um colapso do sistema.

## Bibliografia

Capella, A. C. N. (2020). Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54, 1498-1512.

Furtado, A. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Oliveira, Y. P. L. (2021). Desafios do Mercado de Carbono após o Acordo de Paris: Uma revisão. *Meio Ambiente (Brasil)*, 4(1).

Polanyi, Karl. (2000). *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus.

Saes, Flávio A. M. de; Saes, Alexandre M. (2013). *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva.

Sebrae (2023). Mercado de carbono aumenta competitividade. *Inovação & Tecnologia*. ANS Nacional.

# Estado-Nação e Neoliberalismo: Teorias divergentes sobre a globalização nas obras de Octavio Ianni e Milton Santos.

Michel Montezuma

## Resumo:

O presente artigo tem como objetos as obras de Octavio Ianni e de Milton Santos dedicadas à análise do processo de globalização publicadas no decorrer da década de 1990 e no início dos anos 2000. A premissa teórica do argumento aqui proposto é que, embora Octavio Ianni e Milton Santos tenham como ponto de partida certa fundamentação marxista em suas análises sobre o capitalismo, ambos, em suas obras, caracterizam diferentemente o lugar do Estado-Nação e do neoliberalismo no fenômeno da formação da sociedade global. Partindo dessa perspectiva, é proposta aqui uma análise introdutória das obras, e das trajetórias intelectuais, de Octavio Ianni e de Milton Santos no debate sobre a globalização. O objetivo geral é compreender de que maneira os dois teóricos atribuem lugares distintos ao Estado-Nação e ao Neoliberalismo no processo de globalização. Enfim, buscar-se-á responder como as divergências e as convergências teóricas de Octavio Ianni e de Milton Santos sobre a sociedade capitalista contribuem para a compreensão do capitalismo em nível nacional e internacional.

**Palavras-chave:** Globalização; Octavio Ianni; Milton Santos.

## Abstract:

This article has as its objects the works of Octavio Ianni and Milton Santos dedicated to the analysis of the globalization process published in the course of the 1990s and in the early 2000s. The theoretical premise of the argument proposed here is that, although Octavio Ianni and Milton Santos have as their starting point a certain Marxist

foundation in their analyses of capitalism, both, in their works, characterize differently the place of the nation-state and neoliberalism in the phenomenon of the formation of global society. From this perspective, one is proposed here in the introductory analysis of the works, and intellectual trajectories, of Octavio Ianni and Milton Santos in the debate on globalization. The general objective is to understand how the two theorists attribute distinct places to the nation-state and neoliberalism in the process of globalization. Finally, we will seek to answer how the divergences and theoretical convergences of Octavio Ianni and Milton Santos on capitalist society contribute to the understanding of capitalism at the national and international level.

**Keywords:** Globalization; Octavio Ianni; Milton Santos.

## Introdução – Teorias sobre um capitalismo reformado.

Na teoria social sobre a globalização, Octávio Ianni e Milton Santos são intelectuais destacados, não apenas por conta da amplitude de suas obras, mas também por conta das análises feitas por ambos da crise do Estado-Nação no sistema capitalista mediante o processo de globalização. No final do século XX para o início do XXI, contexto marcado internacionalmente pelo abandono dos projetos de capitalismo nacional e o avanço do neoliberalismo, suas críticas tiveram repercussão pública imediata. Milton Santos publicaria *Por Uma Outra Globalização* em 2000, síntese crítica sobre o processo de globalização. No ano seguinte, Octávio Ianni também era homenageado, por *Enigmas da*

Modernidade Mundo, pela Academia Brasileira de Letras. Nesse contexto célebre e polêmico, especialmente tendo em vista as críticas de Ianni e M. Santos ao governo Fernando Henrique, esses intelectuais se tornaram figuras públicas de grande prestígio, para além do circuito acadêmico, firmando-se como nomes de autoridade e notório saber no principal debate político do período: Qual é lugar do Brasil na sociedade global, ou seja, no capitalismo reformado?

Defronte essa problemática, tanto Octávio Ianni e Milton Santos eram fortes críticos dos efeitos da globalização sobre o país em nível político-institucional. Compartilhando, em alguma medida, de uma formação intelectual marxista, sua leitura do processo de globalização tomava elementos da teoria marxiana como a lei do valor, luta de classes e exploração da força de trabalho para sistematizar suas perspectivas sobre a reorganização das forças produtivas e divisão internacional do trabalho. Por exemplo, em 31 de março de 1997, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, no programa Roda Viva, o geógrafo baiano abre o debate definindo o processo de globalização nos seguintes termos:

O atual processo de Globalização é uma forma, uma única forma, de utilizar os recursos que a humanidade pode gerar nesse fim de século, mas utilizá-los de forma que me parece perversa. Então, a crítica essencial é essa; a humanidade, durante dois séculos, sonhou com a possibilidade de uma ciência ao serviço do homem e quando isso se obtém, exatamente, esses objetivos são, digamos assim, deixados de lado para que essa globalização que nós estamos presenciando sirva um número extremamente limitado, não só de pessoas, mas também a um número limitado de empresas e a um número limitado de instituições. (Entrevista com Milton Santos ao Roda Viva em 31/03/1997)

Cinco anos mais tarde, Octávio Ianni, no mesmo programa, caracterizava a globalização nos mesmos termos de uma dialética entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Todavia, sua análise, muito embora similar à de M. Santos, continha a ideia de superação do capitalismo a partir de uma sociedade civil global. É justamente essa perspectiva teleológica que diferencia sua teoria

social sobre o Estado-Nação no mundo globalizado do olhar de Milton Santos sobre os efeitos da globalização. Há nessa caracterização a divergência teórica que se constitui como premissa do projeto aqui proposto:

Nós estamos vivendo uma globalização que é de cima para baixo, que é das grandes corporações, dos grandes negócios, dos grandes mercados. E essa globalização é um fato irreversível e danoso, gravemente danoso para todo mundo, como estamos vendo. Agora, sendo um fato irreversível o que nos cabe é reconhecer que é um fato irreversível e batalhar para que haja uma globalização de baixo para cima para que os povos, os grupos, as sociedades, as nações possam entrar nesse espetáculo fantástico que é a sociedade mundo. (Entrevista com Octávio Ianni em 26/11/2001)

Milton Santos e Octávio Ianni atribuem diferentes graus de agência ao Estado-Nação no mundo globalizado. Contudo, acabam divergindo em sua análise sobre o Estado-Nação no processo de globalização, pois enxergam de maneira distinta a relação do Brasil com o capitalismo internacional. Essa diferença, aparentemente pequena, em verdade é nada sutil, acabando por abrir dois caminhos muito distintos para o estudo do Estado-Nação, Globalização e Neoliberalismo, não apenas no contexto de transição entre o século XX e XXI, mas também atualmente, onde a relação entre esses elementos é o pano de fundo para os principais acontecimentos da sociedade ocidental, tais como a crise da democracia liberal e a reabilitação do nazifascismo nos quadros da direita. Se nos voltarmos, pouco mais de duas décadas, veremos Ianni, ainda no Roda Viva, criticar o desmonte do projeto de capitalismo nacional por parte do governo F.H.C. e, por conseguinte, da soberania do Estado-Nação da seguinte maneira:

O Brasil ensaiou um projeto nacional, um projeto de capitalismo nacional, que não é dos meus sonhos, nos anos 1930 à 1964. Os militares começaram a destroçar esse projeto e o governo Fernando Henrique está completando o processo de desmonte desse projeto. Só que o discurso nacionalista continua sendo um dado da realidade, muitos tem uma experiência política que é pretérita, que é nostálgica. Mas este país não é mais um país soberano, é simplesmente uma província do capitalismo mundial. Quem monitoriza as decisões cruciais da economia e das finanças no país? Não é o governo brasileiro. (Entrevista com Octávio Ianni em 26/11/2001)

A teoria fundante dessa crítica

política de Ianni está em um olhar sociológico que percebe toda ordem social como um espaço, onde o Estado está sendo dispensado por instituições transnacionais, e pela agência das elites locais e burguesia internacional, da sua capacidade de ordenar a sociedade. Para o sociólogo, as instituições políticas tradicionais: sindicatos, partidos e outros órgãos decisórios perderam sua capacidade de mobilizar a opinião pública. Esse poder, antes monopolizado pelo Estado-Nação, na democracia liberal tradicional, está, no mundo globalizado, capilarizado através de instituições como a mídia internacional, instituição a qual o sociólogo se refere através da metáfora do “príncipe eletrônico”, pois trata-se de uma entidade que diferente do príncipe de Maquiavel não incorpora o virtu e a fortuna, não se convertendo em um símbolo de soberania por meio da centralização política e sim subvertendo essa lógica ao promover a descentralização do poder político, tendo em vista a disseminação de informação em escala planetária, aparentemente, insubmissa aos ditames das fronteiras dos Estados nacionais. Interessante notar, que tal teoria social, também produz um modelo explicativo para a relação das grandes instituições financeiras para com Estados centrais e periféricos no sistema capitalista. Especialmente, porque, para Ianni, no cenário de declínio do Estado-Nação, a ideia de um poder soberano corporificado em um indivíduo ou numa bandeira já vai se tornando uma impossibilidade no curso histórico da sociedade contemporânea:

No mundo contemporâneo, não há mais estadistas, figuras eminentes, símbolos da soberania, símbolos da hegemonia, os presidentes em geral são figuras decorativas, burocratas da política que apenas expressam o jogo de forças que representam, mas trabalhando de maneira decisiva com a mídia.

(Entrevista com Octavio Ianni em 26/11/2001)

Por outro lado, Milton Santos não enxerga no processo de globalização o enfraquecimento do Estado-Nação, seja esse último central ou periférico. Em sua

análise, sobre a relação dessa instituição com a integração ao mundo globalizado, M. Santos sinaliza que antes de ser uma imposição, oriunda da relação desigual entre centro e periferia no capitalismo internacional, a posição tomada por um Estado na sociedade global é também, em alguma medida, produto da vontade política das forças hegemônicas na sociedade nacional. Sem dúvida, essa análise é fundamental, porque toma como fato político a seguinte possibilidade: o Estado-Nação, periférico ou não, pode escolher, agir contra ou a favor dos ditames internacionais do capitalismo em reforma, política e institucionalmente intervindo em como a globalização vai se dar em seu território:

Eu creio que em primeiro lugar, no caso do Brasil, e de qualquer outro país, o que seria, ao meu ver, e que nos países europeus está se dando, são estes países que escolhem da globalização o que vai se realizar. Evidentemente que há uma pressão muito grande por causa dessa enorme força que é atribuída a quem dispõe dos meios de comando. Mas o Brasil parece que está deixando a globalização entrar nele e eu acho que é essa a questão essencial: Nós estamos deixando a globalização, tal como ela é, perversa, entrar em lugar de, ao contrário, o país encontrar ele próprio criar as formas de sua integração que terá de ser sempre relativa hoje ou amanhã. (Entrevista com Octavio Ianni em 26/11/2001)

## Uma introdução as obras de Octavio Ianni e Milton Santos sobre a globalização

Em um exame introdutório da bibliografia legada por esses dois autores é possível verificar como duas visões tão distintas são indispensáveis a história do capitalismo e da sociedade brasileiras em fins do século XX e início do século XXI. No artigo A Globalização e a crise do Estado-Nação, publicado no periódico Estudos de Sociologia em 1999, o sociólogo aponta:

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de “mercados emergentes” é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional; bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado desde o alto e desde fora (...) Sim, a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar a sua soberania. Nesse Estado-Nação, as

classes e os grupos sociais subalternos terão de criar e desenvolver outras e novas formas de organização, conscientização e luta, para formular e por em prática hegemonias alternativas. (IANNI, 1999, p.130)

Dessa forma, para Ianni, o período Pós-Guerra Fria culmina em uma ruptura entre as necessidades de expansão do mercado em relação ao aparato político-institucional do Estado-Nação que, por sua vez, até aquele momento era base incontornável para a gestão dos projetos do capitalismo nacional, assim como também garantia a estabilidade política desse sistema em nível internacional. Nessa análise, a perda da soberania por parte do Estado-Nação já aparece como um fato político dado e a condição fundamental para a revitalização da civilização capitalista em nível global. Contudo, essa reabilitação do capitalismo através da globalização, para Ianni, não está dada. Por isso, o neoliberalismo, muito embora contemple aspectos políticos do processo de globalização em curso, aparece em Ianni como um dos sentidos políticos possíveis para a sociedade global. Nessa leitura, o neoliberalismo é compreendido como um programa, um horizonte político para o qual o mundo globalizado pode, ou não, caminhar. Em *Era do Globalismo* (1997), no capítulo intitulado *Neoliberalismo e neo-socialismo* esse olhar fica evidente:

É no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. A nova de visão transnacional do trabalho e da produção, a crescente articulação dos mercados nacionais em mercados regionais e em um mercado mundial, os novos desenvolvimentos dos meios de comunicação, a formação de redes de informática, a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais, entre outros desenvolvimentos da globalização do capitalismo, tudo isso institui, expande as bases sociais e as polarizações de interesses que se expressam no neoliberalismo. São muitas e evidentes as interpretações, as propostas e as reivindicações que se sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do estado, desestatização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização dos processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional. (IANNI, 1999, p.217).

Em contrapartida, para M. Santos, a crítica do Estado-Nação e ao

neoliberalismo se diferencia em forma e conteúdo. Primeiramente, M. Santos, se comparado à análise de Ianni, realiza uma inversão de fatores e produtos no processo de globalização. Pois, para o geógrafo, é a implementação de políticas neoliberais que torna possível a globalização para o capitalismo internacional. Em sua perspectiva, a agenda neoliberal não é apenas uma ideologia, porém sim a condição política fundamental para a realização daquilo que chamou de globalização perversa. De acordo com sua crítica, a democracia de mercado tem o sentido de um movimento político-institucional do capitalismo mundial em sua busca por domínio de territórios em escala planetária. Nesse sentido, a formação de uma sociedade global integrada por meio do capitalismo reformado é, em grande medida, um discurso político ideológico, um produto do fenômeno que o autor qualificou enquanto globalização como fábula. Logo, para M. Santos, a sociedade global não é um fato dado, mesmo no contexto de crise do Estado-Nação e avanço dos empreendimentos transnacionais. Inclusive, considerando o fato de que o Estado-Nação ainda não havia deixado de ser um agente importante na realização da geopolítica mundial, M. Santos não deixava de caracterizar a globalização como uma continuidade histórica do imperialismo, estrutura de poder onde o Estado nacional possui centralidade. Ele argumentava, assim, que o papel do Estado, na periferia assim como no centro do capitalismo, se fortalecia como instrumento político para a agência das elites locais e suas contrapartes estrangeiras. Ou seja, para M. Santos, o processo de globalização necessariamente se utiliza da institucionalidade e da capacidade de regulamentação do Estado-nação.

Assim, em *Por Uma Outra Globalização* (2000) no tópico intitulado *O mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula*, M. Santos ressalta o lugar do Estado e do mercado

na globalização:

A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaços contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornado mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (...) Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclames da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2021, p. 24)

Na interpretação de Milton Santos, a globalização não pode ser apreendida como o produto do desenvolvimento de uma sociedade global, porque é derivada primeiramente de uma reação estrutural do capitalismo mundial a um processo de crise de suas instituições de poder, no caso o Estado-Nação. Esse fenômeno, que promove a crise do Estado-Nação, também descentraliza os mercados e empodera as elites econômicas. Nessa leitura, o movimento de ruptura institucional é o fim do pacto político tradicional, das práticas e culturas políticas com ele identificadas. Essa dinâmica, para Milton Santos, não esvazia a capacidade do Estado-Nação de ordenar o social, porém requalifica como instrumento de construção de uma nova forma de hegemonia. Em *Por Uma Outra Globalização* (2000), no capítulo intitulado *Da Política dos Estados à política das empresas*, M. Santos analisa a questão da seguinte maneira:

É o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. (SANTOS; 2021; p.77)

Tendo isso em vista, é fundamental notar o caráter central do Estado na análise de Milton Santos sobre a globalização, assim como a qualificação do mercado na produção de ideologias, mas também como elemento político mediador entre o Estado e as empresas privadas na condução daquilo que o autor chama de globalização perversa. Esse é um dos pontos fundamentais das divergências teóricas entre M. Santos e Octavio Ianni aqui apresentadas, porque inexiste na análise do primeiro a conjunção da reforma política com o esvaziamento do poder soberano do Estado-Nação na emergência de uma sociedade global. Na teoria de M. Santos, o movimento da globalização, tal como vinha se dando, é exclusivamente excludente, porque aprofunda as desigualdades locais, não produzindo qualquer convergência entre os povos, salvo no plano do discurso midiático que vende a ideia de uma aldeia global. Em Milton Santos, o avanço da democracia de mercado é movimento disruptivo para com a ordem sociopolítica anterior à agenda neoliberal. Há aí a morte da política promovida a partir do engajamento das empresas e do Estado em novas formas, neoliberais, de administração dos interesses hegemônicos no capitalismo internacional. Em sua visão, os segmentos que poderiam vir a ser a sociedade global estão desarticulados e desamparados:

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não tem preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha. Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiriam um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora. Haveria frações do território e da sociedade a serem deixados por conta, desde que não convenham ao cálculo das firmas. Essa política das empresas equivale à decretação da morte da política (SANTOS, 2021, p.78)

A partir disso, é interessante perceber como essas divergências

entre Octavio Ianni e Milton Santos são derivadas da crítica marxista ao capitalismo, a qual ambos tomam como premissa de suas teorias sociais. Para ambos, a globalização é produto de contradições estruturais entre o centro e a periferia no capitalismo internacional. Todavia, na obra do geógrafo baiano a globalização é autocrática e reacionária. E, embora o sociólogo paulista seja capaz de identificar esses elementos na luta de classes e divisão internacional do trabalho, não se limita a essa caracterização mais severa. Para Ianni, a globalização é, sem dúvidas, uma transformação estrutural do capitalismo em nível mundial, mas a natureza dialética da sua realização transcende os efeitos políticos e econômicos imediatos. Em Ianni, a globalização é compreendida também como um processo sociocultural, cujo fio condutor é a formação da sociedade global, fenômeno que estabelece possibilidades históricas de superação até mesmo do capitalismo. Esse é um ponto fundamental em sua teoria, porque não se trata de uma especulação, meramente teleológica, e sim de um sentido político possível cujos elementos integravam a realidade social que se impunha no globo. A sociedade civil mundial era outro dos efeitos das transformações estruturais propiciadas pelo progresso técnico-científico do capitalismo.

Em *A Sociedade Global*, no capítulo intitulado *A Sociedade Civil Mundial*, Ianni apresenta uma sociedade capitalista renovada. Sua premissa é simples: a sociedade global é o capitalismo revitalizado e em expansão, mas também é o protagonista, em lugar do Estado-Nação, de novas formas de configuração do poder político que, necessariamente, não mais perpassam o espaço político-institucional do Estado, pois não carecem de disputá-lo para serem legitimadas:

Aqui recomeça a história. Em lugar das sociedades nacionais, a sociedade global. Em lugar do mundo dividido em capitalismo e socialismo, um mundo capitalista, multipolarizado, impregnado de experimentos socialistas. As noções de três mundos, centro, periferia, imperialismo, dependência, milagre

econômico, sociedade nacional, Estado Nação, projeto nacional, caminho nacional para o socialismo, caminho nacional de desenvolvimento capitalista, revolução e outras parecem insuficientes, ou mesmo obsoletas. Dizem algo, mas não dizem tudo. Parecem inadequadas para expressar o que está acontecendo em diferentes lugares, regiões, nações, continentes. Os conceitos envelheceram, ficaram deslocados do real, já que o real continua a mover-se e transformar-se. (IANNI, 1992, p.35)

A abordagem de Ianni não apenas argumenta que há perda da capacidade do Estado-Nação de exercer soberania, mas também considera que o Estado se tornou uma categoria limitada de análise, quando utilizada para compreensão da história econômica geral do mundo atual e, por conseguinte, para sua explicação em termos históricos e sociológicos. Desse modo, o Estado-Nação não é mais um elemento central o ordenamento do capitalismo internacional, perdendo parcialmente sua função normativa no grande processo em curso: a formação da sociedade global. Principalmente, porque a raiz dessa formação é oriunda do próprio aperfeiçoamento técnico dos modos de produção, reorganização das forças produtivas e transformação das instituições e classes sociais no mundo do Pós-Guerra Fria. Por conseguinte, por mais que a globalização seja afetada por transformações político-institucionais nas estruturas estatais, sua influência vai além desse fenômeno. Trata-se de um processo cultural mais abrangente, agindo sobre toda a economia política da sociedade capitalista, assim interferindo também na produção de costumes e na construção de identidades, antes concatenadas, problematicamente, segundo Ianni, através da Nação. Justamente por isso é muito importante salientar que muitas das transformações sociais enxergadas por Ianni como indicadores da sociedade global enquanto dado da realidade, eram para M. Santos pouco mais do que falácias no discurso político ideológico do mercado e das instituições sociais alinhadas ao grande capital, tal como a grande mídia. A sociedade global, para Milton Santos, aparece sobretudo como discurso ideológico. Ainda assim, vejamos como Ianni apresenta as transformações

culturais sofridas pelas instituições sociais nesse processo:

O mundo mudou muito ao longo do século XX. Não é mais uma coleção de países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, colônias ou metrópoles, dependentes ou dominantes, arcaicos ou modernos. A partir da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se um amplo processo de mundialização de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização (IANNI, 1992, p.36)

Como é possível para Octavio Ianni distanciar-se tanto de Milton Santos em sua análise sobre a globalização? Principalmente, se considerarmos que suas análises sobre a globalização possuem a mesma base epistemológica: o marxismo. Além disso, como, para M. Santos, a sociedade civil mundial pode ser um futuro possível, enquanto para Ianni ela já é uma realidade do tempo presente? Nessa discordância, são paradigmáticas as próprias palavras de Milton Santos no Roda Viva em 1997, quando em debate sobre a globalização, respondeu ao sociólogo Renato Ortiz, que havia lhe questionado se era possível uma sociedade civil mundial:

Eu creio que é possível uma sociedade civil mundial, mas numa outra globalização. (...) Para chegar lá, que é o estágio supremo da solução, eu creio que nós teríamos que enfrentar a questão da análise: Por que chegamos à globalização? Quais são os elementos históricos que permitem que a globalização se dê? (...) pegar os elementos históricos e a história contemporânea nossa e tentar outras formas de governação. Viáveis ou não viáveis, porque não somos obrigados a pensar o que é aparentemente viável hoje, isso seria muito pouco, muito pobre. E a partir daí, creio que a gente estaria em condição de pensar também nessa comunidade universal que por enquanto, é um voto quase vazio. Que continua sendo um desejo, mas de realização complicada. (Entrevista com Milton Santos ao Roda Viva em 31/03/1997)

O estudo da obra desses teóricos conjugado com a análise dos acervos legados por eles e das suas trajetórias intelectuais no mundo acadêmico e debate público, podem lançar luz sobre os diferentes aspectos que compuseram o processo de globalização no Brasil. Cito aqui outra colocação, também feita no Roda Viva, em 2001, dessa vez sendo Octavio Ianni o entrevistado. O valor dessa fala é triplo: se dá também em um debate sobre a globalização e a sociedade civil mundial; serve à ética comum que

mobilizou Octavio Ianni e Milton Santos como intelectuais públicos e cidadãos brasileiros; realça o quão afastados estavam Ianni e M. Santos em relação ao que entendiam ser a sociedade global: para Ianni um fato historicamente verificável e para M. Santos uma possibilidade ainda incipiente, justamente por conta dos ditames do capitalismo reformado a partir de políticas neoliberais.

Quando questionado por Jorge Caldeira sobre o valor da democracia para a sociedade civil mundial, Ianni responde fazendo a seguinte leitura da história da sociedade global:

Veja bem, a O.N.U. foi criada como uma proposta democrática, com uma carta dos Direitos Universais, do homem, da mulher e da criança, portanto já temos uma constituição mundial, democrática. O grande problema é que a O.N.U. não dispõe de recursos para implementar esses dispositivos legais. E, ao mesmo tempo, as nações mais poderosas, não estão interessadas em conformar-se com esses princípios, que são democráticos, que são universais, que tem haver com o potencial da sociedade civil mundial. (Entrevista com Octavio Ianni em 26/11/2001)

No caso do sociólogo paulista, é possível identificar que suas teorias sobre a sociedade global são derivadas de uma longa carreira dedicada ao exame das correlações entre o capitalismo nacional e a sua contraparte internacional. De 1965 até 1987, Ianni empreendeu o movimento de sair de uma teoria geral sobre o Estado a partir de sua relação com o capitalismo para aprofundar-se em como essa dinâmica definia as estruturas na qual se assentavam a nação e posteriormente o mundo. Dessa primeira fase são destaques: Estado e Capitalismo (1965), A Formação do Estado Populista na América Latina (1975), Imperialismo e Cultura (1976), A Ditadura do Grande Capital (1981), Classe e Nação (1986), Dialética e Capitalismo (1987). É fundamental assinalar que essas são obras escritas tendo em vista um contexto nacional, onde a política econômica do regime militar alterou drasticamente o fluxo de capitais no país, os modos de produção e sobretudo a organização das forças produtivas nos centros econômicos mais

desenvolvidos da nação.

Por isso, não é por coincidência que, em 1989, na segunda edição de *Estado e Capitalismo*, Ianni avalie a relação desse último com a democracia, partindo da tese de que na sociedade brasileira a relação entre o capitalismo e a democracia leva à dissociação entre o corpo civil e o Estado. Seu argumento é de que no Brasil do séc. XX, a ampliação do poder estatal era derivada dos interesses capitalistas que prevaleciam na sociedade. Dessa maneira, a instituição estatal, para Ianni e assim como era também para Marx, torna-se um lugar do capital por excelência, jamais podendo ser compreendida ou representada noutra perspectiva que estivesse fora desses interesses econômicos. Como evidência dessa qualidade, o autor aponta o trato autoritário dado à questão social no país, a instrumentalização das demandas dos movimentos sociais por parte dos poderes militares e civis concentrados nas mãos das elites nacionais.

Decerto, para Ianni, o caráter dependente do capitalismo brasileiro é derivado do fato histórico de que o desenvolvimento do projeto capitalista nacional já se deu numa época em que:

As nações industrializadas que dominam o capitalismo mundial já haviam realizado a repartição das suas áreas de influência na Ásia, África e América Latina. Mais que isso, o capitalismo já deixara de ser principalmente competitivo e passara a ser monopolístico. Isto é, a industrialização brasileira realiza-se na época do Imperialismo formado com o predomínio do capital não só monopolístico, mas financeiro. (IANNI, 1989, p.254)

De acordo com tal visão, o próprio Brasil, enquanto Estado-Nação, é mais um dentre vários territórios subjugados como zonas de influência das potências. Sob esse olhar, que restringiu o Estado periférico a um instrumento político da hegemonia burguesa, a reação anticapitalista a partir do aparato estatal se torna quase uma impossibilidade sociológica e histórica. Sem dúvidas, há nessa análise de Ianni, caso investigada dentro do conjunto da sua obra com

maior profundidade, a premissa da qual parte o autor para argumentar que apenas a sociedade civil mundial poderia estabelecer vias de superação das contradições do capitalismo global.

Entretanto, a teoria social de M. Santos lhe levou a outra concepção de território, de interpretação da história do capitalismo, assim como também da agência do Estado-Nação nesse sistema mundial. Para compreender isso, também é necessário olhar para a sua trajetória e o conjunto da sua obra. O primeiro elemento que chama atenção é como suas preocupações teóricas no campo da Geografia sempre lhe levaram a examinar objetos de estudo também presentes na Sociologia de Octavio Ianni: a periferia do capitalismo, suas instituições sociais, classes e o espaço nos quais essas dimensões atuam.

A preocupação geral de M. Santos se desenvolve no mesmo contexto de Ianni: dilemas acerca do desenvolvimento econômico cujo debate polarizado na sociedade civil produziram o radicalismo militar que lhes levou a violar a regime democrático da república brasileira no golpe de 1964. Todavia, ao contrário do sociólogo paulista, o geógrafo baiano se viu sem condições objetivas de exercer o ofício de intelectual nesse contexto, deixando o país e sendo demitido da UFBA. Por isso, sua trajetória intelectual acaba sendo, ao menos empiricamente, mais global que a de Octavio Ianni, levando em consideração sua atuação em diversos países. Em decorrência disso, porquanto Ianni publicava *Estado e Capitalismo* (1965), M. Santos publicava *A Cidade nos países subdesenvolvidos* (1965). E esse interesse na dialética entre o centro e periferia persistiria levando-lhe a produzir *Les Villes du Tiers Monde* (1971), *Geografia y economia urbanas em los países, subdesarrollados* (1973), *Underdevelopment and poverty* (1975), *A Pobreza Urbana* (1978), *O Espaço Dividido* (1978).

Em 1979, quando retorna ao Brasil, é através do debate sobre as qualidades sociais do espaço geográfico, e dos atores políticos que nele disputam o direito de usufruir dos benefícios do desenvolvimento econômico, que M. Santos adentra na discussão brasileira sobre o lugar do país no capitalismo mundial. Com certeza, essa distinção é relevante, porque denota que Milton Santos era um intelectual outsider no campo do pensamento econômico e social, não apenas por ser nordestino e afro-brasileiro, mas por chegar ao circuito acadêmico propondo o estudo das instituições sociais, enquanto difusoras de valores que fundamentavam perspectivas ideológicas sobre o econômico. Assim, tomando por objeto de estudo os espaços nos quais elas habitavam e difundiam os seus sentidos políticos na reorganização do capitalismo em escala global na década de 1980. É nesse período que Milton Santos deixa mais evidente o seu desejo de elaborar uma Geografia Humana cada vez mais próxima da Sociologia, Economia, História e Ciência Política: Espaço e Sociedade (1979), A Urbanização Desigual (1980), Ensaio sobre a urbanização latino-americana (1982), Metamorfoses de Espaço Habitado (1987).

Desse período, chama atenção a caracterização do Estado-Nação feita no segundo capítulo de Espaço e Sociedade, intitulado “Estado-Nação como espaço, totalidade e método”. Nele M. Santos, não deixa de definir o Estado como uma formação socioeconômica cujas estruturas são derivadas das relações financeiras, demográficas e econômicas que prevalecem no corpo da sociedade. Porém, sua definição do Estado-Nação chama atenção para a primazia das variáveis locais, assim como para a influência que essas exercem sobre qualquer transformação do Estado-Nação, colocado em sua definição como a totalidade da região, logo sua síntese corporificada em instituição de poder,

e não apenas como subunidade de um sistema político mais vasto, ou seja, como espaço social modelado por uns agentes políticos estrangeiros, tal como defendeu Ianni em Estado e Capitalismo:

Estrutura espacial seria exatamente isso: a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica, etc.; e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos. A realidade social é o resultado da interação de todas essas estruturas. As transformações na organização do espaço são simplesmente modificações do valor relativo de cada conjunto local de variáveis. Por local entendemos segmentos ou os momentos que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, como ela se constitui na totalidade, isto é, no Estado-nação. (SANTOS, 1979, p.29)

Esse tipo de caracterização do Estado-nação na obra de Milton Santos é relevante para a discussão aqui realizada, porque permite compreender o grau de agência que Milton Santos irá atribuir anos mais tarde à instituição estatal no debate sobre a globalização. Outra evidência nesse sentido são os capítulos de Espaço e Sociedade intitulados “Para um período novo”, e em especial seu tópico “Papel do Estado”. Para M. Santos, o Estado não se restringe a um obstáculo para a sociedade civil em busca de superação das contradições da sociedade capitalista. Assim como Ianni, o geógrafo chama atenção para a experiência histórica da Guerra Fria. Todavia, sua análise estava longe de apontar para um esvaziamento do poder político institucional do Estado-Nação: para Milton Santos, o Estado continuava como elemento central da esfera política na sociedade capitalista brasileira:

Se a população pode desempenhar um papel fundamental se o estado pode assumir a responsabilidade por uma melhor ou pior utilização desse abundante recurso, fadado ao papel de centro do sistema então o papel do status torna bem mais decisivo. ele, como vimos funciona como uma espécie de tela entre os fatores de inovação externa ou interna e as reações locais. para reconhecê-lo, basta analisar as diferenças entre aquilo que aconteceu, sob muitos pontos de vista, nos últimos 25 anos nos países socialistas e nos países não socialistas. como o nosso problema é analisar as transformações do sistema em bloco, não se pode deixar de lado dado institucional, fator político. (SANTOS, 1979, p.92)

Enfim, a partir dos textos e entrevistas examinados nesse artigo, é

perceptível que Octavio Ianni e Milton Santos chegam aos anos 1990 propondo teorias com sentidos consideravelmente distintos sobre a sociedade capitalista em nível nacional e internacional, mesmo partilhando premissas teóricas marxistas sobre o capitalismo global. O conjunto das suas obras, suas trajetórias no mundo acadêmico e no debate público lhes conferiram destaque na discussão sobre os rumos da globalização. Suas análises sobre o lugar do Estado-Nação e do neoliberalismo na formação da sociedade global ocupam o lugar de divergências centrais nas teorias sociais de Milton Santos e Octavio Ianni sobre as transformações das instituições sociais na transição entre o século XX e o XXI. Portanto cabe assim questionar. Qual é a implicação disso para o estudo sobre a formação da sociedade global nos campos da História Econômica, Sociologia Política e História Mundial? Por fim, em que medida os diferentes lugares políticos do Estado nacional e neoliberalismo na obra de Milton Santos e Octavio Ianni são pertinentes para elaboração de estudos dedicados a construção de projeto econômico e político capaz de projetar o Brasil em lugar de destaque na ordem internacional?

## Referências Bibliográficas

DE AZEVEDO COSTA, Diogo Valença. O trabalho teórico dos cientistas sociais no Terceiro Mundo: a produção do conhecimento nas condições de subdesenvolvimento e capitalismo dependente. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 20.

IANNI, Octavio, 1926 – A Era do Globalismo/ Octavio Ianni. – Quarta edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, Octavio, 1996-2004. Estado e Capitalismo/ Octavio Ianni. São Paulo; Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. A globalização e o retorno da questão nacional. Primeira Versão, v. 90, p. 1-87, 2000.

IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Octavio. Enigmas da Modernidade–Mundo, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

IANNI, Octavio. Globalização e crise do Estado-Nação. *Estudos de Sociologia*, v. 4, n. 6, 1999.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. A formação do estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IANNI, Octavio. Classe e nação. Vozes, 1986.

IANNI, Octavio. Dialética e capitalismo. Vozes, 1982.

IANNI, Octavio. Imperialismo e cultura. Vozes, 1976.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODA viva: Milton Santos. [S. l.: s. n.], 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>. Acesso em: 1 ago. 2022.

RODA vivia: [S. l.: s. n.], 2001. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GB5ty\\_\\_EB-VM&t=3287s](https://www.youtube.com/watch?v=GB5ty__EB-VM&t=3287s). Acesso em: 2 ago.2022.

SANTOS, Milton et al. Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados. Barcelona: Oikos-tau, 1973.

SANTOS, Milton. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 1. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. Les villes du tiers monde. 1971.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, 2.e.d. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. 1.e.d. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Editôra Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 392 p.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005. 176 p.

SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade: ensaios. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Edusp, 2022.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 176 p.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 96 p.

SANTOS, Milton. Por um outra globalização. São Paulo: Record, 2021. 196 p.

SANTOS, Milton. Quem Está no Controle do Mundo. São Paulo: Clube dos Autores, 2019. 176 p.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

SANTOS, Milton. Underdevelopment and poverty: a geographer's view. University of Toronto, 1975.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017. 233 p.

# Reflexões sobre a desigualdade econômica no Brasil

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a desigualdade econômica no Brasil, destacando sua importância para compreender as complexidades socioeconômicas do país e os desafios enfrentados na busca por um desenvolvimento econômico. A desigualdade econômica abrange temas como concentração de renda, desigualdade regional, mercado de trabalho informal, acesso à educação e programas de transferência de renda. A desigualdade econômica é marcada pela alta concentração de renda, com uma pequena parcela da população detendo a maior parte dos recursos, enquanto a maioria enfrenta dificuldades de acesso a oportunidades educacionais, de saúde e emprego. Além disso, a desigualdade de riqueza se manifesta regionalmente, com diferenças significativas entre as cinco regiões do país. Celso Furtado dedicou-se à análise crítica da desigualdade econômica no Brasil, destacando sua influência negativa no desenvolvimento econômico do país. Furtado foi influenciado por Karl Mannheim, que explorou como as ideias e estruturas sociais influenciam a percepção da desigualdade na economia capitalista. Em conclusão, abordar a desigualdade econômica é crucial para promover um desenvolvimento econômico, exigindo políticas que visem reduzir as disparidades entre as cinco classes econômicas do país.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Desigualdade econômica; Economia brasileira.

<sup>1</sup> Economista formado pela UFPB, especialista em Gestão de RH na UNINTER, professor de Economia no UNIESP, conselheiro efetivo do CORECON-PB e sócio do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba. E-mail: pauloalvaorjr@gmail.com.

## Abstract

This article proposes a reflection on economic inequality in Brazil, highlighting its importance in understanding the country's socio-economic complexities and the challenges faced in pursuing economic development. Economic inequality encompasses topics such as income concentration, regional disparity, informal labor market, access to education, and income transfer programs. Economic inequality is characterized by high income concentration, with a small portion of the population holding the majority of resources, while the majority faces difficulties in accessing educational, health, and employment opportunities. Additionally, wealth inequality manifests regionally, with significant differences between the five regions of country. Celso Furtado dedicated himself to a critical analysis of economic inequality in Brazil, highlighting its negative influence on the country's economic development. Furtado was influenced by Karl Mannheim, who explored how social ideas and structures influence the perception of inequality in capitalist economy. In conclusion, addressing economic inequality is crucial to promote economic development, requiring policies aimed at reducing economic disparities among the five economic classes of the country.

**Keywords:** Capitalism; Economic inequality; Brazilian economy.

## 1 Considerações iniciais

O presente artigo propõe reflexões sobre a desigualdade econômica no Brasil, considerando sua importância para compreendermos as complexidades socioeconômicas brasileiras e os desafios que enfrentamos diariamente em busca de um desenvolvimento econômico.

Entre os temas econômicos mais relevantes na atualidade, destaca-se a desigualdade econômica no Brasil. No contexto latino-americano, o tema apresenta profundas ramificações em diversos aspectos, como econômico, social e político.

As principais reflexões sobre a desigualdade econômica englobam a concentração de renda, a estrutura socioeconômica histórica, a desigualdade regional, o mercado de trabalho e informalidade, a educação e mobilidade social, e os programas de transferência de renda.

O Brasil é conhecido por sua alta concentração de renda, onde uma pequena parcela da população detém uma grande parte dos recursos. Isso resulta em disparidades significativas no acesso a oportunidades educacionais, de saúde e de emprego.

A desigualdade econômica nas cinco regiões do país tem suas raízes profundamente enraizadas na estrutura socioeconômica histórica do Brasil, incluindo os legados do período colonial, da escravidão, dos ciclos econômicos (ciclo do pau-brasil, ciclo da cana-de-açúcar, ciclo do ouro, ciclo do café e ciclo da borracha) e dos planos econômicos (do Plano SALTE em 1946 até o Plano Real em 1994). Tais fatores históricos continuam a influenciar as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas.

A disparidade econômica também

se manifesta regionalmente, com diferenças significativas entre as regiões Norte e Nordeste e Sul e Sudeste. Essas discrepâncias no acesso a serviços básicos, infraestrutura e oportunidades econômicas contribuem para ampliar ainda mais essas disparidades.

O mercado de trabalho é caracterizado pela informalidade, baixos salários e falta de proteção social para muitos trabalhadores. Essa realidade perpetua a desigualdade, uma vez que os empregos formais geralmente oferecem salários mais altos e benefícios.

O acesso à educação de qualidade varia consideravelmente no Brasil, o que limita o acesso a oportunidades educacionais e dificulta a mobilidade social. Esse cenário contribui para a perpetuação do ciclo da pobreza, uma vez que o país enfrenta uma oferta abundante de mão de obra não qualificada.

Embora o Brasil tenha implementado vários programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, ainda existem desafios significativos em relação à eficácia e à implementação desses programas nos 26 estados e no Distrito Federal (DF).

Portanto, refletir sobre essa relevante questão é fundamental para identificar soluções eficazes e promover a redução da desigualdade econômica no Brasil.

## 2 O que é desigualdade econômica?

### 2.1 Desigualdade Econômica

A desigualdade econômica diz respeito à disparidade na distribuição de recursos financeiros, riqueza e oportunidades. Ela pode se manifestar de três maneiras na economia capitalista, incluindo a disparidade de renda, a desigualdade de riqueza e as oportunidades desiguais.

### 2.1.1 Disparidade de Renda

Refere-se à diferença nos ganhos individuais ou familiares entre os membros de uma economia de mercado. Algumas pessoas podem ganhar salários significativamente mais altos do que outras devido a diferenças de educação, habilidades ou experiência.

Em uma economia capitalista, onde o mercado de trabalho globalizado desempenha um papel central na determinação dos salários, as diferenças de renda podem ser significativas. Pessoas com maior nível de educação, treinamento especializado ou experiência muitas vezes têm maior probabilidade de obter empregos mais bem remunerados.

### 2.1.2 Desigualdade de Riqueza

Refere-se à diferença na posse de ativos financeiros, propriedades, investimentos e outros recursos financeiros entre os indivíduos ou classes dentro de uma economia de mercado. Algumas pessoas podem acumular uma quantidade substancial de riqueza, enquanto outras têm acesso limitado.

Essa disparidade na distribuição de riqueza pode resultar de uma série de fatores, incluindo herança familiar, oportunidades de investimento, acesso a educação e emprego, e políticas econômicas e fiscais. Aqueles que possuem uma maior quantidade de riqueza geralmente têm mais influência econômica e social, além de maior segurança financeira e capacidade de investimento.

### 2.1.3 Oportunidades Desiguais

Refere-se à disparidade no acesso a oportunidades econômicas, educacionais, de emprego e de mobilidade social. Fatores como educação, acesso ao mercado de trabalho e herança familiar podem influenciar a capacidade das pessoas de

aproveitar as oportunidades disponíveis e alcançar o sucesso profissional.

Portanto, a educação é uma ferramenta fundamental para capacitar as pessoas. Acesso a uma educação de qualidade pode fornecer habilidades, conhecimento e oportunidades que permitem que as pessoas explorem opções de carreira e progredam em suas vidas profissionais.

## 2.2 As Consequências da Desigualdade Econômica

A desigualdade econômica pode ter uma série de consequências negativas para uma sociedade capitalista, incluindo o aumento da pobreza, da exclusão social, da instabilidade política, da violência e da inadimplência. Além disso, pode minar o crescimento econômico, a coesão social e o progresso técnico:

Ficava a impressão de que os avanços na organização social dos países centrais contribuíam não apenas para melhorar a distribuição de renda nesses países mas também para sugar a periferia, ao passo que avanços na organização social dessa última poderiam melhorar a distribuição de renda mas eram importantes para neutralizar a tendência à deterioração na relação de trocas. Para escapar os constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham que adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico (Furtado, 1985, p. 61-62).

A desigualdade econômica não apenas impacta negativamente os indivíduos e as classes econômicas mais pobres, mas também pode ter ramificações mais amplas para a estabilidade socioeconômica de um país como o Brasil.

## 3 A desigualdade econômica no Brasil

### 3.1 A Influência e Contribuição de Celso Furtado

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) foi um renomado economista

latino-americano que dedicou grande parte de suas obras à análise da problemática nacional. Ao longo de sua carreira, ele produziu mais de 35 livros, nos quais abordou questões relacionadas à industrialização e à desigualdade econômica no Brasil, por exemplos.

Celso Furtado é reconhecido por sua análise crítica das políticas econômicas brasileiras e seu livro “Formação Econômica do Brasil”, publicado em 1959, é considerado uma obra-prima que oferece uma visão abrangente e profunda da História econômica do país ao longo do século XVI até o século XX.

Para o autor Furtado (2007, p. 80), “Tudo indica, destarte, que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e plantações de cana”.

Além disso, Furtado ocupou cargos importantes nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e José Sarney, e em organizações como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A influência do economista Celso Furtado se estende por décadas e continua a ser sentida até hoje. Sua contribuição para o pensamento econômico brasileiro e latino-americano é imensurável.

### 3.2 Concentração de Riqueza

A concentração de riqueza diz respeito especificamente à acumulação desproporcional de riqueza material ou recursos financeiros em um número relativamente pequeno de pessoas ou empresas no país.

O Brasil é a nona maior economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 2,126 trilhões, segundo os dados de 2023 do Fundo Monetário Internacional (FMI). É um país

membro do Grupo dos Vinte (G20) e do BRICS Plus.

Todavia, é também um dos vinte países mais desiguais do planeta. Uma pequena parcela da população brasileira detém uma grande parte dos recursos econômicos, enquanto a maioria da população detém uma pequena parcela da riqueza total.

O Brasil é uma nação emergente, é o quinto maior país do mundo, com uma extensão territorial de 8.515.770 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), o que o torna quinze vezes maior que a França, que possui 549.087 km<sup>2</sup>. No entanto, apesar do vasto território, o PIB brasileiro é significativamente inferior ao da França, uma nação desenvolvida, com 67,9 milhões de habitantes (hab.) e que alcançou US\$ 3,049 trilhões no ano de 2023, de acordo como FMI.

Segundo Furtado (1985, p. 19), “Na França é mais importante a inserção social do que a renda, que é muito menos concentrada do que a riqueza e os privilégios não-monetários”. Na França as questões econômicas estão mais relacionadas às políticas industriais, ao desenvolvimento econômico e a integração comercial com os países vizinhos da Europa Ocidental como a Alemanha, a Itália e a Espanha, são fatores-chave que influenciam a economia francesa e suas relações com o restante da Europa Ocidental e com países situados na Europa Oriental como Polônia, Hungria e Romênia.

### 3.3 Desigualdade Regional

Existem disparidades significativas de crescimento econômico entre as cinco regiões brasileiras. Por exemplo, as regiões Norte e Nordeste enfrentam índices mais altos de pobreza e de pobreza extrema, e têm menores acesso a serviços básicos em comparação com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O Brasil é um país emergente, que tem uma população de 203,1 milhões de hab., é o sétimo país mais populoso do mundo. No entanto, esta população é pequena em relação ao vasto território na América do Sul e incapaz até o presente momento de difundir o progresso técnico nas cinco regiões do país.

Para o economista nordestino Celso Furtado, o desenvolvimento econômico encontra seu melhor caminho através do progresso técnico. Com base nesse argumento, ele destaca que, “As condições sociais que permitem a uma parcela crescente da população lutar para ter acesso aos frutos dos aumentos de produtividade e que estimulam a inventividade estão na base da intensidade com que se difunde o progresso técnico” (Furtado, 1983, p. 106).

Além disso, o populoso Brasil está enfrentando os desafios do envelhecimento da população e a redução da taxa de natalidade, levando as várias consequências socioeconômicas como pressão sobre os sistemas de saúde e previdência social, impacto no mercado de trabalho, desafios educacionais, mudanças nos padrões de consumo, e, sobretudo, necessidades de políticas de apoio aos idosos.

### 3.4 Pobreza e Exclusão Social

A desigualdade econômica está intrinsecamente ligada à pobreza e à exclusão social. Milhões de brasileiros vivem em condições precárias, com acesso limitado à educação, saúde, moradia adequada e oportunidades de emprego digno.

Mais de 67 milhões de brasileiros são pessoas pobres, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os mais pobres lutam diariamente em condições precárias, enfrentando obstáculos no acesso à educação, saúde, moradia adequada e oportunidades de

emprego digno, o que perpetua um ciclo de privação.

Os mais pobres são afetados por uma carga tributária pesada no Brasil. Com 92 tributos em vigor, incluindo 13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições, fica claro que o sistema tributário brasileiro é complexo e oneroso para a população em geral, especialmente para aqueles com menor renda.

A presença de tantos e elevados tributos pode implicar em uma série de questões, como aumento dos custos de conformidade para as empresas e uma distribuição desigual do ônus fiscal. Além disso, é possível que a tributação recaia de forma mais pesada sobre os produtos de consumo básico, o que impacta de maneira mais significativa os indivíduos de baixa renda, já que estes dedicam uma proporção maior de sua renda para adquirir esses itens como o da cesta básica, por exemplo.

### 3.5 Mercado de Trabalho Informal

A alta taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro resulta em muitos trabalhadores em empregos precários, sem garantias trabalhistas ou benefícios sociais. Isso cria uma situação de vulnerabilidade para uma grande parcela da população, impactando negativamente na sua saúde financeira, por exemplo, o Brasil tem 72 milhões de pessoas inadimplentes em fevereiro de 2024 (SERASA).

A alta incidência de trabalhadores informais pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo o desemprego estrutural, a baixa qualificação educacional, as dificuldades de acesso ao mercado formal e a estrutura socioeconômica do país.

### 3.6 Educação de Baixa Qualidade

A qualidade da educação no Brasil

varia consideravelmente, especialmente em áreas rurais e urbanas de baixa renda. É um fato concreto que crianças de famílias de baixa renda frequentemente enfrentam desafios adicionais fora da escola. Essas desigualdades socioeconômicas impactam seu desempenho acadêmico e sua capacidade de aproveitar ao máximo as oportunidades educacionais.

O Brasil está muito distante do seleto grupo de países desenvolvidos como a França e o Canadá. A média de anos de escolaridade dos brasileiros é de 8,3 anos, enquanto a dos franceses é de 11,7 anos e dos canadenses é de 13,9 anos, respectivamente, de acordo com os dados de 2022 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

### 3.7 Corrupção e Má Gestão dos Recursos Públicos

A corrupção e a má gestão dos recursos públicos contribuem para a desigualdade econômica, desviando recursos governamentais que poderiam ser investidos em programas sociais, infraestrutura e serviços essenciais para os mais necessitados. É alarmante o número de brasileiros sem acesso ao saneamento básico em seus domicílios, totalizando 49 milhões de pessoas em situação precária (IBGE, 2024).

O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar as nações desenvolvidas como a França e o Canadá. Por exemplo, a esperança de vida ao nascer dos brasileiros é de 73,4 anos, enquanto a dos franceses e dos canadenses é de 83,2 anos e 82,8 anos, respectivamente, conforme os dados de 2022 do PNUD.

### 3.8 Violência e Criminalidade

A desigualdade econômica também está ligada à violência e à criminalidade, especialmente em áreas urbanas marginalizadas, onde o acesso a

oportunidades econômicas é limitado.

Para lidar com esses sérios problemas, são necessárias políticas públicas que visem reduzir a desigualdade econômica, promover o desenvolvimento econômico e garantir o acesso equitativo a oportunidades econômicas e sociais.

A falta de perspectivas econômicas pode levar ao desespero e à alienação entre os jovens e adultos desfavorecidos, aumentando a probabilidade de envolvimento em comportamentos criminosos como uma forma de expressar raiva ou frustração.

## 4 O pensamento de Furtado sobre a desigualdade econômica

### 4.1 O Pensamento Econômico de Celso Furtado

Celso Furtado foi um renomado economista brasileiro, reconhecido internacionalmente por suas análises críticas sobre o desenvolvimento econômico do Brasil e de outros países periféricos da América Latina. Em suas obras, Furtado abordou extensivamente a questão da desigualdade econômica no Brasil.

Segundo o autor Furtado (2007, p. 148), “No Brasil, a metade da população, compreendida entre o terceiro e o sétimo decil, tem uma renda média correspondente a 56 por cento da média nacional, e a diferença entre os extremos é 90 por cento”.

O economista paraibano Celso Furtado via a desigualdade econômica como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico do país. Ele argumentava que a concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada limitava o potencial de crescimento econômico e perpetuava o

ciclo de pobreza.

O pensador Celso Furtado também se preocupava com as consequências políticas e sociais da desigualdade econômica, argumentando que ela poderia levar à instabilidade política, conflitos sociais, violência e insegurança. Ele via a redução da desigualdade econômica como essencial para promover um crescimento mais equitativo, inclusivo e sustentável para todas as classes da economia brasileira.

Portanto, pode-se afirmar que Celso Furtado considerava a desigualdade econômica como um problema central a ser enfrentado para que o Brasil pudesse alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento econômico.

O Professor Celso Furtado, da Universidade de Paris-Sorbonne, em suas análises sempre contribuiu para a formulação de políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade econômica e promoção da inclusão social:

A evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população (Furtado, 1998, p. 45).

Essa contribuição de Furtado evidencia a importância do trabalho acadêmico e da pesquisa na busca por soluções para os problemas socioeconômicos do Brasil e de outros países da América Latina. Portanto, Furtado foi um grande pesquisador econômico e foi pioneiro em áreas como teoria do subdesenvolvimento.

Segundo o autor Celso Furtado (2000, p. 62), “O subdesenvolvimento, por conseguinte, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso técnico no plano internacional”.

A superação do subdesenvolvimento

é, de fato, um enorme desafio para o Brasil. Esse processo envolve uma série de fatores complexos e inter-relacionados, que vão desde questões econômicas, sociais e políticas, até culturais e ambientais. A área-chave na qual o Brasil precisa focar para construir um país desenvolvido é a educação de qualidade. É fundamental investir em educação desde a infância até a educação superior para capacitar a população brasileira para os desafios da Quarta Revolução Industrial.

## 4.2 Os Mais Ricos no Brasil

Apenas cinco brasileiros mais ricos acumulam riquezas equivalentes às de 100 milhões de brasileiros mais pobres. O Índice de Gini revela a persistência da chaga da desigualdade econômica que assola o Brasil, com 0,518 em 2022, conforme o IBGE.

O Coeficiente de Gini é uma medida estatística que avalia a desigualdade de distribuição de renda em uma determinada sociedade. Ele varia de 0 a 1, sendo que 0 representa uma distribuição perfeitamente igualitária (todos têm a mesma renda) e 1 representa a máxima desigualdade (uma única pessoa detém toda a renda).

Quanto mais próximo de 1 for o valor do Coeficiente de Gini, maior é a desigualdade de renda. Por exemplo, se o Índice de Gini de um país, de um estado ou de uma cidade for 0,500, isso indica que metade da renda está concentrada em uma pequena parte da população, enquanto a outra metade é distribuída entre a maioria.

O estado de Santa Catarina (SC) tem o melhor Coeficiente de Gini do Brasil, com 0,419 em 2022, enquanto, o estado da Paraíba (PB) tem o pior Índice de Gini do país, com 0,558 em 2022, conforme o IBGE. Portanto, na terra natal de Celso Furtado, a concentração de renda é elevada, o que revela que uma

parte significativa da riqueza gerada na economia paraibana está nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria da população detém uma parcela bem menor da riqueza produzida.

De acordo com Furtado (2002, p. 13), a questão crucial do Brasil reside no perfil de distribuição da renda: “Em nosso país, os 20% de mais alta renda absorvem cerca de 70% desta”. Ele também ressalta que, “(...) o problema da pobreza no Brasil não reflete uma escassez de recursos, e sim uma forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda” (Furtado, 2002, p. 14).

Os mais ricos estão cada vez mais ricos no Brasil por uma série de razões que incluem uma histórica concentração de renda, onde uma pequena parcela da população detém a maior parte da Renda Nacional (RN). Isso pode ser atribuído a fatores como herança familiar, acesso privilegiado à educação e oportunidades econômicas.

Os mais ricos frequentemente têm acesso a investimentos financeiros mais rentáveis e a oportunidades de negócios lucrativas, o que lhes permite acumular ainda mais renda ao longo do tempo. As discrepâncias de renda são visíveis entre as cinco classes econômicas no Brasil: os mais ricos são integrantes das classes A e B, os mais pobres são membros das classes D e E, enquanto, a classe média pertence à classe C.

O Brasil possui uma estrutura socioeconômica que perpetua a desigualdade econômica, com barreiras para o acesso igualitário à educação, saúde e oportunidades econômicas. Isso favorece a manutenção do status quo em que os mais ricos se beneficiam enquanto os mais pobres enfrentam dificuldades para prosperar.

Para Celso Furtado (1980, p. 70), em suas análises sobre desigualdades

diacrônicas e sincrônicas, “O fundo de reserva é, portanto, a forma mais simples de excedente destinado a criar desigualdades diacrônicas”. Em seguida, ele enfatiza que “(...) o desenvolvimento das forças produtivas foi por muito tempo um subproduto do empenho dos grupos dominantes em aprofundar a diferenciação social. A desigualdade sincrônica encontrou os seus limites na escravidão” (Furtado, 1980, p. 71).

Quando Furtado se refere a desigualdades diacrônicas e sincrônicas em suas análises, ele está fazendo uma distinção entre diferentes tipos de desigualdades ao longo do tempo e em um determinado momento.

As desigualdades diacrônicas referem-se às desigualdades que ocorrem ao longo do tempo, ou seja, as disparidades econômicas, sociais ou políticas que podem se agravar ou diminuir em períodos diferentes da História de um país.

As desigualdades sincrônicas são as desigualdades observadas em um determinado momento, em uma única época ou período específico, incluindo a distribuição desigual de renda, acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas, que são identificáveis em determinada sociedade em um ponto específico no tempo.

Portanto, as análises de Celso Furtado sobre desigualdades diacrônicas e sincrônicas abordam tanto as disparidades ao longo do tempo quanto às existentes em um determinado momento, proporcionando uma compreensão mais completa das questões relacionadas à desigualdade em contextos históricos e contemporâneos.

Em resumo, os mais ricos estão cada vez mais ricos no Brasil devido a uma combinação de fatores estruturais, políticas econômicas e práticas sociais

que favorecem a acumulação de riqueza e de RN nas mãos de uma minoria privilegiada.

### 4.3 Os Mais Pobres no País

Os mais pobres estão cada vez mais pobres no país devido a uma série de fatores interligados a desigualdade estrutural. O Brasil possui uma estrutura socioeconômica que historicamente favorece os mais ricos em detrimento dos mais pobres. Isso inclui acesso desigual à educação, saúde, oportunidades de emprego e recursos financeiros.

A concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população contribui para ampliar as disparidades econômicas, deixando os mais pobres com uma fatia cada vez menor da RN.

Muitos brasileiros enfrentam empregos precários, com baixos salários e falta de proteção social. A informalidade no mercado de trabalho também é um problema, deixando os trabalhadores vulneráveis a condições de trabalho precárias e instáveis.

Grande parte da população brasileira, especialmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas, enfrenta dificuldades no acesso a serviços essenciais, tais como educação de qualidade, assistência médica, saneamento básico e habitação adequada.

Os desafios socioeconômicos e estruturais têm um impacto direto na qualidade de vida da população brasileira. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, conforme os dados de 2022 do PNUD, é de 0,760. Comparativamente, o IDH do Canadá e da França é de 0,935 e 0,910, respectivamente.

Esses números evidenciam disparidades significativas entre o Brasil e países como o Canadá e a França no que diz respeito ao desenvolvimento

humano. Enquanto o Brasil possui um IDH considerado alto, os outros países desenvolvidos têm um IDH classificado como muito alto, indicando melhores condições de vida, acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento humano para seus cidadãos.

Essa discrepância ressalta a necessidade de políticas públicas e investimentos que promovam o desenvolvimento humano no Brasil, abordando questões como educação, saúde, emprego e distribuição de renda. É fundamental que o país priorize medidas que visem elevar o padrão de vida e reduzir a desigualdade econômica, contribuindo assim para uma economia mais próspera, justa, inclusiva e sustentável.

A falta de acesso a uma educação de qualidade limita as oportunidades de desenvolvimento humano. A escassez de serviços de saúde adequados contribui para a perpetuação de problemas de saúde pública e o aumento de doenças graves.

O déficit de saneamento básico representa um risco para a saúde pública, aumentando a propagação de doenças. Além disso, a falta de moradia adequada resulta em condições precárias de habitação, com impactos negativos na economia.

A corrupção e a má gestão dos recursos públicos desviam fundos que poderiam ser investidos em programas sociais e infraestrutura para beneficiar os mais pobres. Logo, algumas políticas econômicas e sociais adotadas no país podem não estar atingindo efetivamente os mais necessitados, os mais vulneráveis.

Em resumo, os mais pobres estão cada vez mais pobres no país devido a uma combinação de desigualdade estrutural, baixos salários, falta de acesso a serviços básicos, corrupção e políticas econômicas

e sociais inadequadas, além de elevados tributos. Esses fatores contribuem para perpetuar o ciclo de pobreza no Brasil e que contribuem para a desigualdade econômica e para o aumento da violência.

#### 4.4 A Influência do Pensamento Sociológico de Karl Mannheim em Celso Furtado

O economista sul-americano Celso Furtado foi um profundo conhecedor do sociólogo e filósofo húngaro “Karl Mannheim, o criador da sociologia do conhecimento” (Furtado, 1985, p. 14). Em suas análises, Furtado ressaltou que:

Como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem. Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerente às economias de mercado (Furtado, 1985, p. 17).

A relação entre Celso Furtado e Karl Mannheim (1893-1947) reside na influência intelectual de Mannheim, de origem judaica, exerceu sobre o trabalho de Furtado. Mannheim foi um dos pioneiros na investigação de como o conhecimento é produzido e influenciado por fatores sociais, culturais e históricos.

Furtado reconheceu e se inspirou no trabalho de Mannheim, especialmente no que diz respeito em relação à sociologia do conhecimento. É muito provável que Furtado tenha aplicado algumas das ideias e conceitos de Mannheim em sua própria análise econômica e social, adaptando-os ao contexto latino-americano e às suas próprias teorias do subdesenvolvimento econômico.

Mannheim também abordou questões relacionadas à desigualdade econômica em algumas de suas obras. No entanto, seu foco principal não estava na análise detalhada da desigualdade econômica em si, mas sim em entender como as ideias, valores e estruturas sociais influenciam a percepção e a reprodução da desigualdade de renda e riqueza em

uma sociedade capitalista.

## 5 Considerações Finais

Em resumo, este artigo oferece uma análise abrangente da desigualdade econômica no Brasil, destacando suas ramificações sociais, políticas e econômicas. A desigualdade econômica é um fenômeno complexo e multifacetado, que abrange temas como concentração de renda, disparidades regionais, mercado de trabalho informal e acesso desigual à educação e oportunidades econômicas.

A influência de pensadores como Celso Furtado ressalta a importância de uma abordagem interdisciplinar na compreensão da desigualdade econômica. Furtado destacou a necessidade de políticas públicas eficazes para reduzir a desigualdade de renda e promover o desenvolvimento econômico.

No entanto, enfrentar a desigualdade econômica no Brasil requer mais do que simplesmente reconhecer sua existência. Requer um compromisso sério com a implementação de políticas públicas que visem não apenas mitigar as disparidades econômicas, mas também abordar as causas estruturais subjacentes.

Essas políticas públicas devem incluir medidas para melhorar o acesso à educação de qualidade, promover a formalização do mercado de trabalho, combater a corrupção e a má gestão dos recursos públicos, e garantir o acesso equitativo a oportunidades para as cinco classes econômicas.

Em última análise, abordar a desigualdade econômica é uma questão de necessidade para promover o desenvolvimento econômico no Brasil. É um desafio complexo, mas também uma oportunidade para transformação e progresso em direção a uma economia mais próspera, justa e equitativa para as

cinco regiões do país.

Finalizando, o artigo oferece valiosos insights sobre a desigualdade econômica no Brasil, onde os 1% mais ricos estão no topo da pirâmide social e os 50% mais pobres na base da pirâmide social brasileira. Logo, a importância das reflexões sobre a desigualdade econômica no país é vital e sugiro uma possível solução para enfrentar o secular problema, é importante reconhecer a necessidade de robustos investimentos em educação de qualidade, porque o ouro do século XXI é o conhecimento.

## Referências Bibliográficas

FMI. Perspectivas Econômicas Mundiais: Abril-2024. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. A fantasia organizada. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. O mito do desenvolvimento econômico. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. O capitalismo global. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Formação econômica do Brasil. 34ª. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. A economia latino-americana. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

IBGE. Painel de indicadores. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PNUD. Human development report 2023/2024. Disponível em: [file:///C:/Users/Ykalo/Downloads/hdr2023-24reporten\\_1.pdf](file:///C:/Users/Ykalo/Downloads/hdr2023-24reporten_1.pdf). Acesso em: 31 mar. 2024.

SERASA. Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil: Fevereiro-2024. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F280ce573953c43a18c32a18556029a3f?alt=media&token=d2eba876-afab-40ad-a051-854f60694501&apiKey=b212bb18-f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 18 abr. 2024.

# Novas e velhas formas de trabalho: o neoliberalismo em perspectiva comparada

Rodney da Silva Amadoro<sup>1</sup>

O presente texto, escrito na forma de um ensaio, propõe uma reflexão comparativa entre dois momentos do capitalismo internacional, quais sejam, a segunda metade do século XIX – momento de consolidação do modelo da grande fábrica e, ao mesmo tempo, momento de organização da classe trabalhadora – e o período atual, isto é, começo do século XXI onde, pelo menos nos países centrais, há certo declínio do modelo da grande fábrica e, ao mesmo tempo, declínio das formas tradicionais de organização dos trabalhadores. Mais do que isso, como se pretende evidenciar à frente, é possível que as novas formas de trabalho, principalmente o que a literatura sobre o tema tem chamado de trabalho uberizado, tem retomado questões que já haviam sido, de certa forma, superados ao longo do século XX: cargas de trabalho extenuantes, muito acima das tradicionais oito horas, dificuldade de separação entre casa e local de trabalho, entre outras características. Ao mesmo tempo, há uma série de novidades, permitidas pela tecnologia e pela transnacionalização do capital.

Um ponto, no entanto, ainda tem sido pouco explorado, e esta breve análise quer, mais do que o explicar, apresentá-lo ao debate para posteriores análises. Tanto naquela época quanto agora, os trabalhadores se viam e se veem divididos por razões que são intrínsecas a sua condição de trabalhador – ou seja, não são de ordem cultural, nacional ou de outras clivagens sociais como idioma e religião. A divisão que deve ser pensada e reelaborada diz respeito àqueles que tem melhores condições de trabalho e àqueles

que não as tem. Em outras palavras, debates polêmicos como a existência ou não de uma aristocracia operária, como definidas pelo historiador Eric Hobsbawm, se tornaram prementes, e devem ser levadas em consideração para repensar a crítica ao neoliberalismo atual e à desigualdade intrínseca do modelo capitalista.

O texto está dividido, além desta introdução, em três seções: a primeira analisa rapidamente as ideias do economista polonês Michal Kalecki sobre a questão do pleno emprego; uma segunda seção faz uma comparação entre o proletariado do século XIX, tal como indicado por Hobsbawm e do “proletariado de plataforma” atual, como indicado num recente texto do sociólogo Ricardo Antunes. Uma última seção aborda diretamente o tema da divisão da atual da classe trabalhadora, partindo dos conceitos de insiders e outsiders proposto por David Rueda.

## A profecia de Kalecki

Nos anos de 1940, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, o economista polonês Michal Kalecki propôs, em um breve, mas influente ensaio (KALECKI, 2020), uma teoria do pleno emprego dentro do modo de produção capitalista – ou, mais propriamente, porque os países simplesmente não conseguiam atingir o estado de pleno emprego. Para o autor, o pleno emprego é, teoricamente, possível – isto é, não há nenhum fator de ordem econômica que, impediria que os setores produtivos empregassem toda a mão de obra disponível. Nas palavras do autor:

Atualmente uma sólida maioria de economistas pensa que, mesmo num sistema capitalista, o pleno emprego pode ser assegurado por um programa de gastos

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Unitau, bacharel em Ciências Sociais, doutorando em Ciência Política pela USP e pós-graduando em Teoria e Análise Econômica pela FESP-SP. Atuou como docente em escolas públicas e cursos de iniciação política e atualmente trabalha na área de pesquisa e consultoria em política.

governamentais, desde que exista um plano adequado para empregar toda a força de trabalho existente e forneça suprimentos adequados. (idem, s/p).

Na verdade, a situação de pleno emprego, mesmo sem levar em consideração seu impacto social, seria desejável: mais consumidores poderiam consumir, a mesma tempo que a produção seria mais robusta. Nesse sentido, “Se mão de obra, plantas e matérias-primas estrangeiras estão em ampla oferta, o aumento da demanda é atendido pelo aumento na produção”, quer dizer, nem a inflação – uma das maiores objeções dos críticos – poderia ser um problema, dadas as condições corretas de ofertas de mão de obra e matéria prima. Portanto, qual o é o problema? Por que então o pleno emprego não é alcançado?

Para Kalecki, a explicação deste problema não está na economia, mas sim na política, ou na forma como os atores econômicos se organizam para atingir seus objetivos. Desta forma, o autor coloca que há pelo menos três razões que despertam a oposição dos “líderes industriais” à política do pleno emprego: eles “não gostam da interferência do governo na questão do emprego”, “não gostam da direção dos gastos do governo (investimento público e subsídio ao consumo), e, por fim, “não gostam das mudanças sociais e políticas decorrentes da manutenção do pleno emprego”. A respeito do primeiro ponto, Kalecki desenvolve um argumento bastante atual: a intervenção do governo pode colocar em risco a “doutrina do estado de confiança”, que subordina o governo ao risco de um desinvestimento. O autor ainda complementa: “Portanto, os déficits orçamentários necessários para realizar a intervenção do governo são considerados perigosos. A função social da doutrina das ‘finanças sólidas’ é tornar o nível de emprego dependente do estado de confiança” (idem, s/p). O segundo ponto diria respeito a um aspecto cultural destes líderes industriais: incentivos ao consumo, por mais que tivessem um

impacto positivo estimulando a produção, poria em risco a ideia de que “você ganhará seu pão com seu suor”, o que o autor denomina um dos “fundamentos da ética capitalista”.

O terceiro ponto, no entanto, é o mais importante para o argumento que se pretende desenvolver neste ensaio, e pode ser resumido no seguinte trecho do artigo de Kalecki:

De fato, sob um regime de pleno emprego permanente, as demissões perderiam seu papel como medida disciplinar. A posição social do chefe seria minada e a autoconfiança e a consciência de classe dos trabalhadores aumentariam. Greves por aumentos de salário e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política. É verdade que os lucros seriam maiores sob um regime de pleno emprego do que sob o *laissez-faire*, e mesmo o aumento dos salários resultante do maior poder de barganha dos trabalhadores, sendo menos provável a redução nos lucros do que o aumento nos preços e, portanto, afetando negativamente apenas os interesses rentistas. Mas “disciplina nas fábricas” e “estabilidade política” são mais apreciadas do que os lucros pelos líderes empresariais.

Ou seja, haveria por parte dos empregadores uma preocupação em relação ao pleno emprego: permitir que toda a classe trabalhadora tenha emprego poderia empodera-la. Kalecki, desta forma, é bastante explícito. A manutenção de um controle classista das forças produtivas envolve a permanência do desemprego como medida disciplinar. O trabalhador empregado sempre se verá frente a possibilidade de perder seu emprego e isso, por si só, o manteria numa posição mais conservadora em temas relacionados a críticas do modelo produtivo: participação de greves, organizações sindicais etc. Ou seja, trabalhar ou não trabalhar compõe a primeira grande cisão na classe trabalhadora já que, mesmo imbuídos de uma identidade – uma consciência de classe – sua condição de empregado ou não já lhe impõe interesses políticos que se diferenciam dos que não estão empregados, e vice-versa. O texto voltará a este ponto mais à frente.

Analisando os dados sobre empregos dos países centrais do capitalismo, principalmente da Europa, que tem

bases de dados consolidadas mesmo para períodos como o século XIX, o argumento de Kalecki ganha um peso quase profético. Nos momentos de avanço das forças do capital, taxas de desemprego são sempre maiores ou pelo menos instáveis. Um gráfico sobre a Inglaterra ao longo de quase 150 anos deixa isso evidente:

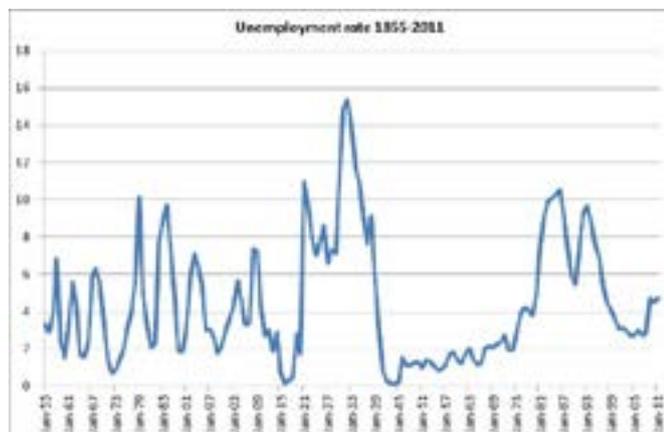


Gráfico 1 - Taxa de desemprego na Inglaterra de 1855 a 2011. Fonte: Bank of England. Disponível em: <https://encurtador.com.br/msj13>

A questão suscitada pelo gráfico – que, apesar de ser apenas relativo à Inglaterra, não se trata de um problema local, como os estudos de Wolfgang Streeck (2018) indicam – pode ser pensada a partir da proposição de Kalecki. O período anterior à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial é um período de grande oscilação na taxa de desemprego do país, e que pode ser perfeitamente comparado com o período que vem logo após o pós-guerra, ou “os trinta anos gloriosos”. O pós-guerra, inclusive é o momento de menor taxa de desemprego em toda a série histórica e, respeito disso, não se pode deixar de lado as implicações políticas deste cenário: é o momento no qual os estados aumentam seus gastos sociais, o que Kalecki já destacava como benéfico para o mercado de trabalho devido ao aumento da demanda agregada. O que nem sempre se evidencia, no entanto, é que o mesmo pensamento pode ser levado em consideração para pensar o fim do cenário: o tamanho e a força da classe trabalhadora empregada tornavam interessante aos “líderes industriais” um novo ciclo de desemprego,

que passa a subir ao longo dos anos 1970. O diagnóstico é feito de forma bastante clara por Streeck em seu livro:

A estabilização monetária da economia mundial no início dos anos 1980 constituiu um tour de force político altamente arriscado; ela só podia ter sido levada a cabo por governos como o de Reagan e o de Thatcher, que estavam dispostos a aceitar desemprego em massa para restabelecer a moeda estável (sound money) e para quebrar a todo custo a resistência esperada dos sindicatos. Na realidade, a deflação das economias capitalistas, acompanhada por um desemprego estrutural permanente e por reformas neoliberais dos mercados de trabalho e do direito laboral, levaram a um retrocesso mundial da organização sindical (STREECK, 2018, p. 96).

Mesmo com as estratégias que permitiram a continuidade do “casamento do capitalismo com a democracia”, que Streeck denomina de compra de tempo – primeiro, a inflação, depois aumento do endividamento do Estado e finalmente o aumento do endividamento privado – o impacto nos empregos da classe trabalhadora já estavam dados e, de certa forma, seriam constitutivos do novo regime econômico e político capitalista que se iniciava no fim dos anos 1970 e começo dos 1980, o neoliberalismo.

## Trabalhadores da revolução industrial e da revolução digital

A situação da classe trabalhadora, por outro lado, não é comparável apenas do ponto de vista dos números. Estudos recentes sobre o que a literatura já tem denominado de trabalho uberizado, em referência ao tipo de trabalho da empresa de transportes por aplicativo Uber – da mesma forma que no passado houve o fordismo e o toyotismo como referências a um tipo de trabalho – tem feito comparações pertinentes com outros momentos do capitalismo.

São conhecidas as diversas descrições sobre a situação dos trabalhadores na segunda metade do século XIX, momento de consolidação do modelo da grande fábrica nacional. Desde os capítulos do *Capital*, de Karl

Marx e a Situação da classe trabalhadora inglesa, de Frederick Engels até a reconstituição pormenorizada realizada por Edward Thompson no Formação da classe trabalhadora inglesa. O historiador Eric Hobsbawm (1998) destaca o aumento expressivo dessa categoria ao longo da segunda metade do século XIX, recebendo um afluxo significativo de trabalhadores migrantes do campo e das antigas oficiais pré-capitalistas. O autor, no entanto, destaca um ponto bastante pertinente a este trabalho: esta mão de obra pouquíssimo especializada trabalhará lado a lado com profissionais capacitados de profissões que, até então, eram realizadas por especialistas. Nas palavras do historiador:

A mecanização, ao buscar substituir a habilidade manual e a experiência por sequências de máquinas ou processos especializados feitos por mão de obra mais ou menos sem especialização, recebeu muito bem o baixo preço e a imaturidade de operários inexperientes - e, em parte nenhuma tanto como nos EUA, onde as habilidades pré-industriais eram, em todo caso, escassas e não requisitadas a nível de fábrica ("A vontade de especializar-se não é geral", disse Henry Ford). (HOBSBAWM, 1998, pp. 167-168)

Quando se pensa no trabalhador das indústrias do final do século XIX - e, em certa medida, do século XX - é justamente este profissional que se pensa: o trabalhador pouco instruído, que realiza uma função mecânica dentro da fábrica e que é, no limite, absolutamente substituível. Novamente, o fantasma do desemprego realiza seu trabalho: se na maior parte dos casos, não se trata de um especialista, qualquer um pode realizar esta tarefa, o que aumenta a pressão do empregador sobre o empregado. Tal como expôs Kalecki, o desemprego atua como um disciplinador da mão de obra. Porém, como pensar nestes termos para o trabalho do século XXI? Não teria o renovado e intenso uso de tecnologia permitido a liberação do ser humano destes trabalhos mecanizados? Ainda que houvesse uma expectativa nesse sentido, a realidade é alarmante.

Uma recente coletânea de artigos,

organizada pelo sociólogo do trabalho Ricardo Antunes (ANTUNES, 2023) discorre sobre o trabalho nas plataformas digitais tanto no Brasil quanto no mundo. Logo no capítulo de abertura, o autor deixa evidente o cenário:

A segunda tese - capitalismo de plataforma e protoforma do capitalismo - indica que as grandes empresas, impulsionadas pelo universo informacional-digital, vêm recuperando e recriando formas pretéritas de trabalho, que tiveram vigência na protoforma do capitalismo, isto é, nos inícios da Revolução Industrial, quando as jornadas de trabalho eram demasiadamente prolongadas e os níveis de exploração bastante intensificados, o que os séculos seguintes, dadas as expressivas lutas operárias, se encarregaram, em grande medida de eliminar ou minimizar (idem, p. 14).

A argumentação do autor, nesse sentido, vai para dois lados muito pertinentes à reflexão desenvolvida aqui: por um lado, a carga de trabalho aumentou, com funcionários trabalhado em casa (modelo de home office) geralmente sem ter um limite claro seja no tamanho de sua carga horária, seja nos limites entre o que é sua casa e o que é seu trabalho (cenário este também presente no que Antunes classifica como "formas pretéritas de trabalho capitalista). Por outro lado, no entanto, há a situação contrária: uma força de trabalho que não tem vínculo efetivo com seu contratante, que fica à disposição do trabalho conforme este aparece - uma entrega de restaurante, uma corrida para o outro lado da cidade. Nas palavras de Antunes, "ao mesmo tempo que amplas parcelas da classe trabalhadora se encontram com jornadas extenuantes de trabalho, para outros, a existência de trabalho é cada vez mais esporádica, intermitente e parcial" (idem, p. 24).

Tendo como ponto de partida os aspectos políticos do desemprego, os cenários são bastante comparáveis: também hoje uns e outros estão sob o risco de perderem suas posições, de um lado os trabalhadores que trabalham em cargas extenuantes, de outros os trabalhadores intermitentes (que, quando podem, também praticam cargas de trabalho grandes para obter

um salário justo). Ambos não querem fazer parte da massa de trabalhadores que não encontra ocupação, o que os exige aceitar uma situação que, para trabalhadores de décadas atrás, seria impensável. O trabalho uberizado cria uma nova ética para os trabalhadores, na qual a flexibilização é a palavra de ordem, tal como já havia pensado Richard Sennet no clássico *A Corrosão do Caráter*.

Tanto a situação descrita por Hobsbawm para o século XIX quanto a situação descrita por Antunes para o século XXI, no entanto, trazem uma consequência importante não prevista – ou pelo menos, não totalmente desenvolvida – pelo artigo de Kalecki. Tanto em um caso quanto em outro, além do desemprego, há outra força importante atuando, por vezes, mas nem sempre, em conjunto: as divisões no seio da classe trabalhadora. Seja no século XIX, seja hoje, a posição do trabalhador no mercado de trabalho age para a manutenção da situação, seja ela pensada como uma consequência nefasta da política de desemprego praticada pelo sistema capitalista, seja pela trajetória da classe trabalhadora por si mesma, que insiste em tratar uns e outros como nós e eles.

## Aristocracia operária, insiders e outsiders

Em primeiro lugar, não se está querendo propor aqui que os problemas das divisões dentro da classe trabalhadora sejam, no limite, culpa dos trabalhadores em si. Pensar desta forma vai contra os pressupostos teóricos estabelecidos por uma longa tradição de estudiosos que indicam que a condição de classe trabalhadora não é escolhida nem definida pelo trabalhador em si. Na verdade, ele nasce nesta condição (classe em si) e pode, ao longo de sua vida, tomar consciência desta condição e lutar ou não para mudá-la (classe para si). O ponto que se quer discutir aqui, no entanto, diz

respeito às consequências políticas da divisão que, por vezes, pode se reforçada devido a atitudes dos trabalhadores, principalmente em relação a suas formas de organização, como sindicatos partidos etc.

O tema é bastante polêmico, como destaca um de seus precursores, dentro de sua disciplina, o já citado historiador Eric Hobsbawm. Seu primeiro texto sobre o assunto, “A aristocracia do trabalho na Inglaterra do século dezenove” data de 1954 e desenvolve o conceito que seria visto e revisto por diversos outros historiadores nos anos seguintes – exigindo de Hobsbawm uma réplica na década de 1970. Hobsbawm define o grupo como uma camada de trabalhadores “mais bem pagos, mais bem tratada e geralmente considerada como mais ‘respeitável’ e politicamente mais moderada do que a massa do proletariado” (HOBSBAWM, 2000, p. 319). Ou seja, o primeiro aspecto que separa esta categoria dos demais é uma condição objetiva: eles são mais bem pagos e, portanto, disfrutam de uma condição de vida melhor do que os outros. Faz sentido que sejam mais moderados que a grande massa de trabalhadores do período: segundo a fórmula de Marx no texto do Manifesto Comunista, trata-se de um grupo de proletariado que, de alguma forma, teriam sim algo a perder, e não somente seus grilhões. Em outras palavras, um grupo de trabalhadores que poderia regredir não só a condição de desempregado, mas também a uma posição menos vantajosa no mercado de trabalho.

A questão, no entanto, torna-se mais complexa quando o próprio Hobsbawm afirma que “havia verdade nesta identificação da aristocracia do trabalho com os sindicalistas” (idem, p. 323). No seu artigo de resposta às críticas, intitulado “A aristocracia operária reexaminada” (HOBSBAWM, ano, pp. 323-324), “esta camada era também essencialmente associada, tanto

nas mentes dos observadores quanto nas suas próprias, com organizações como sindicatos, cooperativas e, obviamente, com associações de solidariedade”. Aqui, cabe um ponto importante de reflexão: trabalhadores podem se associar e se organizar para diferentes pautas, não necessariamente para a defesa dos interesses gerais da classe – ou, como o próprio Hobsbawm defende, a consciência de classe nem sempre está associada à consciência política de classe. Trabalhadores podem se associar, por exemplo, para criarem fundos de pensão, as famosas caixas, que geralmente estavam associadas apenas à categoria e não a totalidade dos operários. Ou seja, categorias de trabalho com mais recursos, com pagamentos maiores aos trabalhadores, teriam melhores condições de estabelecer estes fundos – mais um ponto que os diferenciavam de outros trabalhadores.

O cenário que se vê aqui, em relação ao século XIX, não é tão diferente do visto no século XXI, salvo que as relações de trabalho são outras, mediadas pela tecnologia. Na verdade, pode se dizer, no sentido de Antunes, destacado anteriormente, que a tecnologia permitiu um “avanço do regresso”, já que trabalhadores podem ter retornado a condições de trabalhos “pretéritas”. O ponto, no entanto, é que, dentro de uma sociedade democrática, as implicações políticas da existência de segmentos na classe trabalhadora – os uberizados e os não uberizados – pode criar o cenário descrito pelo cientista político David Rueda em relação a alguns países da Europa (RUEDA, 2005), na qual a política se separa entre insiders e outsiders. A definição dada por Rueda sobre as características dos dois grupos não só se assemelha ao descrito por Hobsbawm no século XIX como já evidencia o problema de forma bastante clara:

I define insiders as those workers with highly protected jobs. They are sufficiently protected not to feel greatly threatened by high levels of unemployment. Outsiders, on the other hand, are either unemployed or hold jobs characterized by low salaries and low levels of

protection, employment rights, benefits, and social security privileges. The interests of these two groups are fundamentally different because insiders care about their own job security much more than about the unemployment of outsiders and outsiders care about unemployment and job precariousness much more than about the employment protection of insiders. (RUEDA, 2005, p. 62)<sup>2</sup>

A consequência para a arena político-eleitoral é clara: eleitores insiders tendem a defender interesses relacionados a continuidade de sua segurança e, devido a capacidade de mobilização – via sindicatos, por exemplo – acabam sendo sistematicamente privilegiados por partidos de esquerda. Esta sensação, de acordo com Rueda, é percebida pelos outsiders que podem migrar para partidos conservadores ou com pautas liberalizantes que defendam que a redução de entraves trabalhistas aumentariam a quantidade de empregos. Esta situação é ainda mais dramática em países com histórico de corporativismo, como é o caso brasileiro, onde historicamente boa parte da mão de obra estava no mercado informal e fora dos sistemas de seguridade social. Colocando em outras palavras, quais interesses hoje aproximariam um motorista de aplicativo de um funcionário público no mercado de trabalho brasileiro? Ou ainda dentro de uma mesma categoria: que interesses aproximariam um professor eventual do estado de São Paulo – a versão uberizada do trabalho docente, já que se trata de um trabalho intermitente e que exige a disponibilidade constante para ser chamado pela Rede – de um professor efetivo, protegido pelo sindicato?

## Considerações finais

Como afirmado no começo deste texto, este breve ensaio, além de

<sup>2</sup> “Defino os insiders como aqueles trabalhadores com empregos altamente protegidos. Estão suficientemente protegidos para não se sentirem grandemente ameaçados pelos elevados níveis de desemprego. Os outsiders, por outro lado, ou estão desempregados ou têm empregos caracterizados por baixos salários e baixos níveis de proteção, direitos laborais, benefícios e privilégios de seguridade social. Os interesses destes dois grupos são fundamentalmente diferentes porque os que estão dentro se preocupam muito mais com a sua própria segurança no emprego do que com o desemprego dos que estão de fora e os que estão de fora se preocupam muito mais com o desemprego e a precariedade do emprego do que com a proteção do emprego dos que estão dentro.” (Tradução própria)

comparar duas experiências históricas do capitalismo, quer suscitar o debate mais do que propor questões. Porém, a situação parece bastante clara: tanto o desemprego como forma de gestão da classe trabalhadores - como previsto por Kalecki - quanto as divisões no seio da classe, separando insiders e outsiders, trabalhadores precarizados e uma “aristocracia do trabalho”, são temas urgentes e estão na pauta do dia para todos que querem repensar a crítica ao capitalismo neoliberal.

As formas de organização política dos trabalhadores devem, desde já, repensar sua atuação: partidos e sindicatos devem ser dos trabalhadores, ou pelo menos representar a categoria de forma mais abrangente, englobando os diferentes espectros de trabalho que o mundo neoliberal desenvolveu. Por outro lado, da mesma forma que a tecnologia permitiu novas formas de exploração, esta também pode se colocar como uma ferramenta na organização de classe. Como Antunes destaca, ao fim de seu artigo, “o #brequedosapps teve uma significação primeira e especial, que contou com expressiva participação de entregadores uberizados de várias partes do país, mobilizados com uso de grupos de Whatsapp e demais redes sociais, impulsionada por grupos embrionários, associações de entregadores, coletivos autônomos [...]” (ANTUNES, 2023, p. 38).

Desta forma, se as duas situações históricas aqui em questão - capitalismo industrial e imperialista do final do século XIX e o neoliberalismo financeirizado do começo do XXI - são comparáveis, suas soluções devem seguir o mesmo caminho: devem ter a história como guia, mas devem ser eminentemente novas - e, talvez, não mais saudosistas de um período dourado para o qual o neoliberalismo surgiu como solução.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho”. In: \_\_\_\_\_(org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Capítulo 15).

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 (Capítulo 13).

KALECKI, Michal. “Aspectos políticos do pleno emprego”. *Jacobin online*, set-2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/aspectos-politicos-do-pleno-emprego/>. Acesso em nov-2023.

RUEDA, David. *Insider-outsider politics in industrialized democracies: the challenge to social democratic parties*. *American political science review*, v. 99, n. 1, p. 61-74, 2005.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

# Apêndice

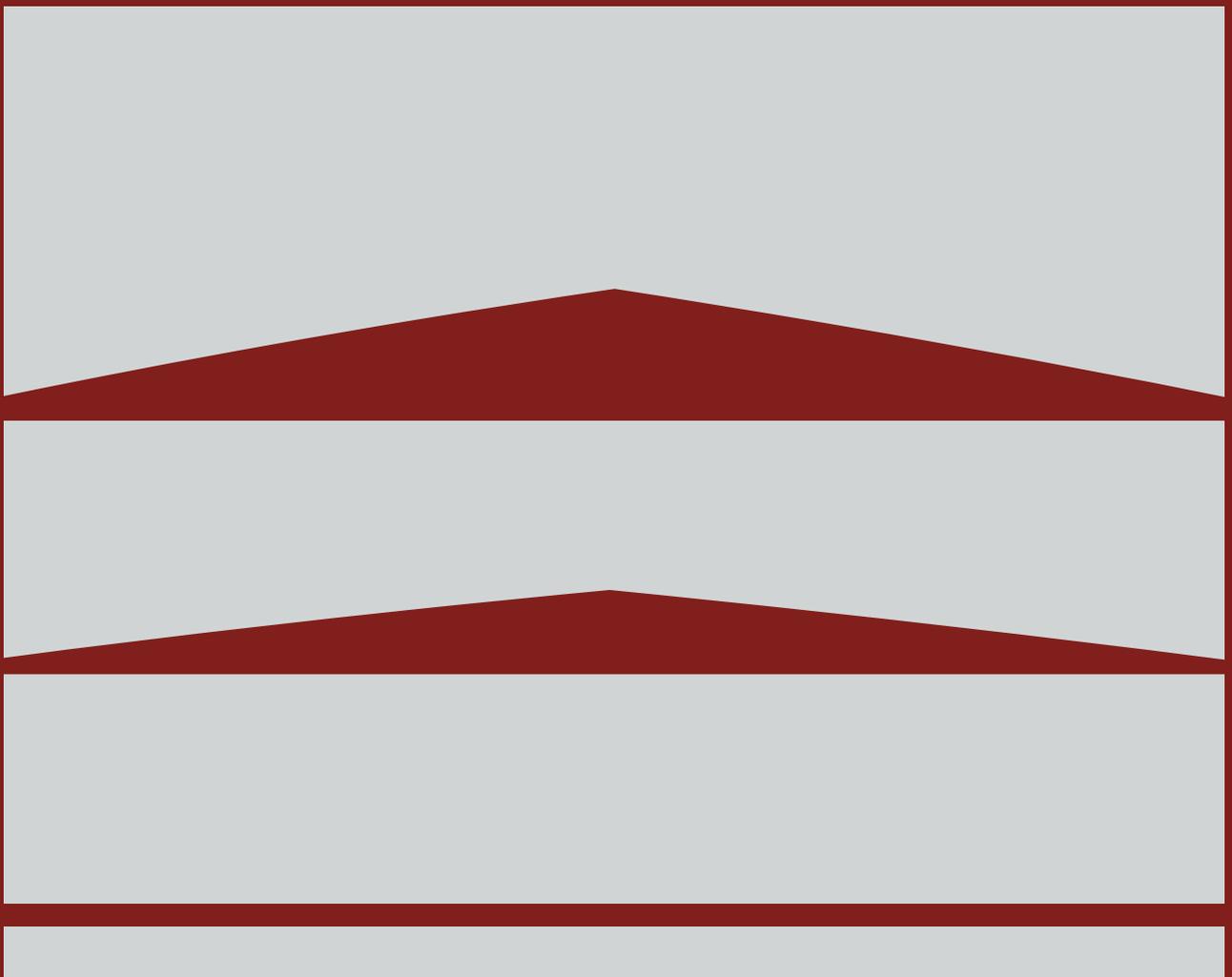
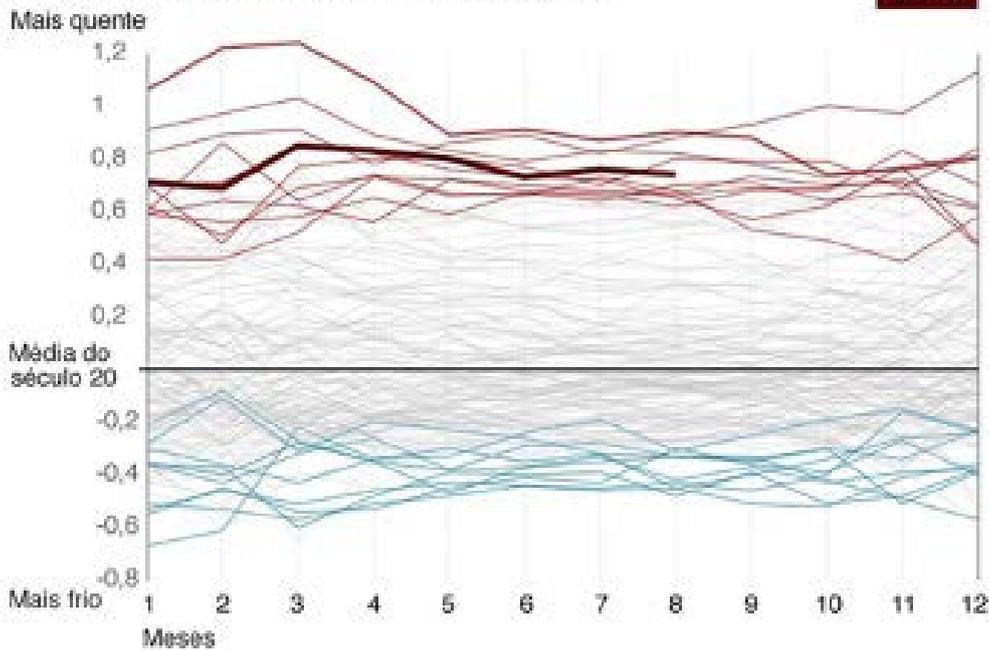


Imagem 1: Gráfico dos anos em comparação à média do século 20

## Os anos em comparação à média do século 20 (1880 - agosto de 2018)

2018 caminha para ser o quarto ano mais quente

2018



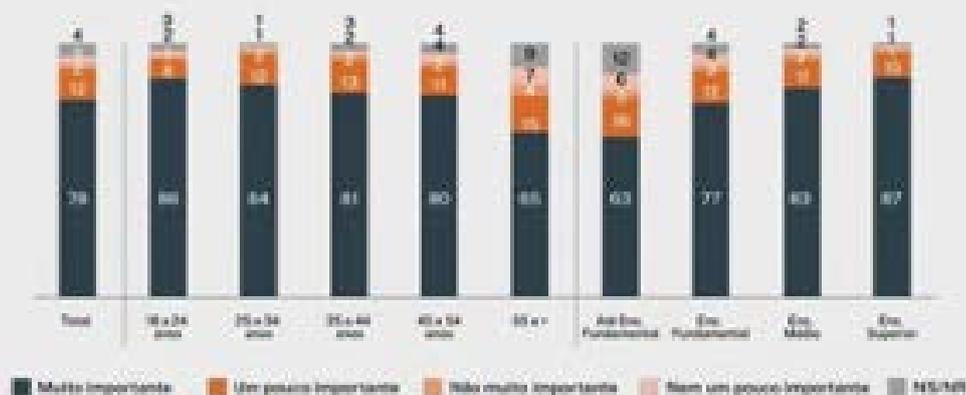
Fonte: NOAA (Temperatura global)

BBC

Fonte: G1

Imagem 2: Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros, 2021

## Grau de importância sobre a questão do aquecimento global



PL 1.490: Quanto mais alta a importância e menor a quantidade de aquecimento global? (2021.02-IPD001) - 10/0

Base: Amostr. CL-6000

Fonte: PMMA

Imagem 3: Riscos com Aumento da Temperatura



Nota: Para os riscos climáticos com intervalos projetados, usamos o ponto médio dos intervalos para comparar os riscos em diferentes limites de temperatura. As projeções de aumento do nível do mar correspondem a SSP1-1.0, SSP2-2.6, SSP3-2.45, os quais se aproximam ao aquecimento global em 1,5°C, 2°C e 3°C, respectivamente.



Fonte: PMMA

Imagem 4: Emissões de CO<sub>2</sub> dos países



Fonte: Statista

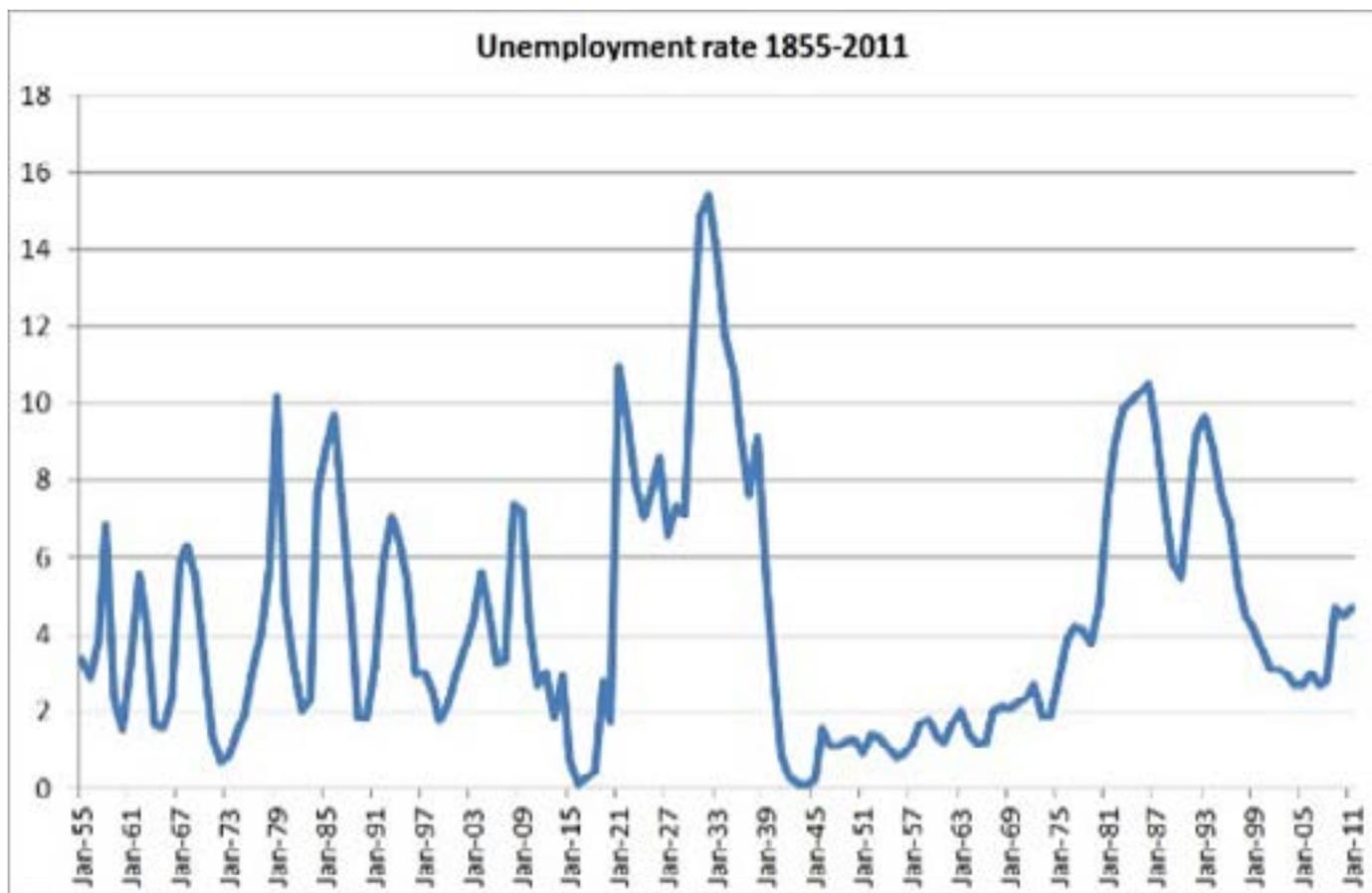


Gráfico 1 - Taxa de desemprego na Inglaterra de 1855 a 2011. Fonte: Bank of England.  
Disponível em: <https://encurtador.com.br/msj13>

# CONHEÇA A CÁTEDRA CELSO FURTADO E SUAS ATIVIDADES!



Acesse o Qr-code



**FESPSP**  
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO